

023ª SESSÃO ORDINÁRIA 28MAR2016

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro a presença do Sr. Cassiá Carpes, ex-Vereador desta Casa.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Conselho Regional de Nutricionistas da 2ª Região/RS, que tratará de assunto relativo ao projeto que visa a conscientizar a população sobre os riscos do consumo excessivo de sal. A Sra. Luciana Meneghetti Gehrke, Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

A SRA. LUCIANA MENEGHETTI GEHRKE: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; boa tarde. Na pessoa do Ver. Cassio Trogildo, excelentíssimo Presidente desta Casa, saúdo todas as autoridades aqui presentes. Senhoras e senhores, boa tarde! O nutricionista tem no alimento sua principal ferramenta de trabalho. Sabemos que o alimento é essencial para a manutenção da vida e deve promover saúde. Muitas vezes, entretanto, a prática alimentar incorreta torna-se promotora de doenças. Um exemplo de hábito alimentar inadequado é o consumo excessivo de sódio pelo povo brasileiro. O sódio é um mineral que compõe 40% do sal de mesa. A Organização Mundial de Saúde recomenda o consumo de 4,5 a 5 gramas de sal por dia. O consumo médio pela população brasileira está em torno de 10 a 12 gramas por dia, ou seja, mais do que o dobro do adequado. Índices alarmantes de hipertensão arterial no Brasil podem ser resultantes dessa ingestão em demasia. Pesquisas recentes de Indicadores e Dados Básicos do Ministério da Saúde relevam que a prevalência de hipertensão na população brasileira adulta é em torno de 23,9%, e a incidência em crianças e adolescentes já chega a 13%, variando de 12% até 13%. No Rio Grande do Sul, a prevalência da hipertensão arterial está em torno de 30%,

tornando as doenças cardiovasculares a principal causa de morte no nosso Estado. Frente a essa realidade nada animadora, o Conselho Regional de Nutricionistas da 2ª Região vem a esta Casa às vésperas do dia dedicado à saúde e nutrição, que é 31 de março, para destacar aos ilustríssimos Vereadores a importância do debate deste tema. O recente debate sobre a exclusão dos saleiros das mesas dos restaurantes pode representar o primeiro passo para isso, mas o problema é bem maior. Pode-se nunca tocar num saleiro, mas, ainda assim, ingerir uma quantidade muito alta de sal, conseqüentemente, sódio. Isso acontece porque o consumo total do sódio provém de três fontes: 75% dos alimentos processados e ultraprocessados; 10% do sódio que naturalmente está presente nos alimentos; e 15% do sal de adição. Adição essa que pode ser tanto do saleiro de mesa quanto de dentro da cozinha das nossas casas e dos restaurantes. A redução necessária não é pouca, portanto ela não vai acontecer se não tivermos uma intervenção do Governo. Serão imprescindíveis campanhas para alertar a população para os riscos do consumo excessivo. É fundamental que se enfatizem as fontes que mais possuem sódio, dando ênfase ao risco de consumo de alimentos processados. Essencial orientar restaurantes, indústrias, padarias, para que sejam estimulados a usar menos sal no preparo de seus alimentos.

Temos vários exemplos mundiais que podemos relatar aqui que já vêm trabalhando para reverter essa situação. Um estudo realizado pelo Journal of Hypertension, publicado em 2011, documentou informações importantes a respeito do controle do consumo de sal em todo mundo a partir de políticas públicas nacionais e regionais, promovendo uma coleta efetiva de dados para orientar a realização de futuras ações eficientes. A World Action on Salt and Health criou a Semana de Conscientização da Saúde e do Consumo de Sal. Essa Semana tem acontecido nos meses de março. Algumas ações que já se iniciaram. A Finlândia iniciou seus esforços em 1978 e, em 2002, já havia constatado uma redução de 3 gramas no consumo médio de sal da população. No mesmo período, houve uma queda correspondente a 60% nas doenças relacionadas ao consumo de sal. O Reino Unido lançou uma campanha de educação para o consumo consciente no ano de 2005. Até 2008, tinha alcançado uma redução média de 0,9 grama por dia no consumo individual de sal. Foram reduzidas as quantidades de sal em produtos alimentícios essenciais entre 25 e 45%. Junto a isso, os consumidores têm sido conscientizados e têm mudado a postura na hora da compra dos seus alimentos. Essa redução já tem significado de

aproximadamente seis mil vidas salvas ao ano. Outros países, como França, Irlanda e Japão, também obtiveram muito sucesso em suas campanhas para redução do consumo de sal.

Portanto a retirada do saleiro da mesa poderá sim ser o início de um emblemático programa que estimule a diminuição do consumo de sal. Os nutricionistas, com certeza, apoiarão campanhas que visem à saúde da população. E o CRN-2, instituição que tem, em sua missão, a promoção da saúde e do direito humano à alimentação adequada, também não se acanhará em trabalhar para essas metas. Colocamos, portanto, nosso Conselho à disposição dos Vereadores para respaldar defender e colaborar em projetos que visem à diminuição do sal na alimentação da nossa população. Nosso objetivo maior é menos doenças e mais saúde à nossa população! Temos que pensar que a saúde trará menos custos para a administração pública e mais qualidade de vida! Muito obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convidamos a Sra. Luciane Meneghetti Gehrke para juntar-se a nós aqui na Mesa.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Quero cumprimentar a Luciane Meneghetti, nossa Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas, em meu nome e em nome do Ver. Alex, e parabenizar o trabalho do Conselho. Tive oportunidade, pelo exemplo de casa, de acompanhar as campanhas permanentes que os Conselhos Regional e Federal de Nutricionistas fazem, pois minha mãe também é atuante profissional, como a Luciane e outras colegas, que estão sempre na luta em defesa de campanhas educativas e projetos que beneficiem a vida da população. Quero parabenizá-las pela atuação no Conselho. Eu me lembro das campanhas “Você é o que você come”, as campanhas para alimentação saudável da população. Agora, o alerta sobre os riscos que o sal traz para hipertensão e para uma série de doenças, que trazem muitos malefícios a nossa população. A gente sabe da importância do Conselho para defender a profissão, mas, mais do que isso, para defender uma alimentação saudável, para defender a saúde pública, para defender a

saúde da nossa população. Parabéns, Luciana, pelo empenho de vocês. Contem com a nossa bancada – comigo e com o Ver. Alex Fraga.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Parabéns, Luciane, por esta pauta tão importante que trazes para todos nós. Há oito anos, desde que a diabetes se manifestou... Eu exagerei, essa é a verdade, tudo o que tu falaste ali. E o sal, tu sabes, para quem tem diabetes, traz a hipertensão, vem todo mundo junto, é uma família. Eu já parei com o sal e o açúcar há oito anos. O sal é o sal das frutas, é o sal dos legumes, é o sal normal que o meu organismo precisa.

Eu quero dizer que é muito importante essa sua fala, porque nós temos um índice muito alto, até 2020, para atingir; tanto crianças, jovens e adultos, é de mais de 20%. Olhem o gasto disso nos hospitais. São muitos remédios que se precisa tomar para manter o equilíbrio dessa doença. É importante que as pessoas escutem com muita atenção e deem uma importância muito grande para isso. Hoje eu sei! Por isso, hoje, eu faço o meu trabalho físico, reduzi o sal e o açúcar na comida, procuro comer saudavelmente, porque é importante para todos nós. É importante, principalmente, para as nossas crianças que estão vindo aí. A gente tem um índice de gordura muito grande neste País, assim como nos Estados Unidos, onde as pessoas são obesas. Isso é preocupante, muito preocupante. Então, eu quero saudar aqui mais uma vez e vou colocar no meu Facebook sobre sua fala, para que as pessoas tenham um pouco de entendimento dessa doença. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ADELI SELL: Ao Conselho de Nutrição do Estado do Rio Grande do Sul, a vocês, que fazem um trabalho de cuidado com a saúde das pessoas, eu posso dizer que, desde

que eu me trato com uma nutricionista devidamente registrada no Conselho, a minha saúde tem melhorado incrivelmente. Eu sempre fui cauteloso com a questão do uso do sal e do açúcar, porque venho de uma família de obesos, portanto, tenho que cuidar da saúde. Eu acho que a principal coisa que nós deveríamos fazer – e fazer uma pactuação com o Conselho, com o sindicato, com as nutricionistas das escolas de Porto Alegre, tanto do Município, como do Estado, com os postos de saúde – é adentrar as escolas e fazer eventos, para que se faça um processo de conscientização.

Podemos inventar o que nós quisermos, fazer as proibições que acharmos necessário fazer, mas a grande questão é de educação, as pessoas têm que se convencer. A gente se alimentar com determinados alimentos é uma questão de cultura, de ir em busca de uma determinada alimentação. Os produtos orgânicos são fundamentais, mas hoje é difícil conseguir um produto orgânico, ademais os preços. Assim, a gente tem que começar aos poucos a mudar a cabeça das pessoas. A gente começa pelas escolas.

Eu queria fazer esse desafio, sou parceiro, nesta minha volta aqui à Câmara Municipal, para a gente trilhar junto. Vamos falar com a Professora Cleci, com o Secretário do Estado, enfim, para a gente fazer uma campanha que venha de baixo para cima. Eu acho que aí, sim, nós vamos ter muito sucesso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. JUSSARA CONY: Uma boa tarde, Sr. Presidente, todos os Vereadores, Luciana Gehrke, Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas; permita-me falar como farmacêutica, colega da área da saúde. Quero dizer do que eu entendo, do ponto de vista da participação, na equipe multiprofissional de saúde, de todos os profissionais em saúde e, de uma forma muito especial, os nutricionistas, porque me vem o conceito hipocrático: seja o teu alimento o teu remédio, seja o teu remédio o teu alimento. Nós sabemos, e discorreste muito bem, com a propriedade de uma profissional, do significado de uma alimentação saudável para evitar uma série de doenças. Não nascemos doentes, somos adoecidos pelo mundo do trabalho e, também, pelo que comemos ou deixamos de comer, mas, principalmente, pelo que comemos.

Eu queria também dizer que tive uma grande oportunidade, como Diretora-Superintendente do Grupo Hospitalar Conceição, de fomentar essas equipes multiprofissionais e o significado de vocês, nutricionistas, nessas equipes. De uma forma mais particular, é um testemunho de quem perdeu um neto, com leucemia, aos 26 anos. Foi tratado no Grupo Hospitalar Conceição, e eu jamais vou me esquecer do significado da equipe de nutrição, junto com toda a equipe multiprofissional, mas, de uma forma muito particular, na relação com aquele jovem que tinha, em função da leucemia e da baixa imunidade, uma série de agravos de sofrimento. Ele dizia que eram as enfermeiras e as nutricionistas os anjos dele. É um testemunho da vida mesmo, que vivenciei, e isso me faz dizer da grandeza que nós todos, da área da saúde, temos que ter para não trabalhar nunca com hegemonias, mas sempre entendendo que nós teremos a saúde da população quando nós trabalharmos integradamente, com nenhum profissional se sobrepondo ao outro. Parabéns e obrigada por estarem aqui trazendo essas informações não só para nós mas para a população.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Raul Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. DR. RAUL FRAGA: Quero saudar o Presidente Cassio, a Luciana Meneghetti, nossa Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas, e dizer que eu, como médico há mais de 35 anos, convivi com inúmeras situações, sabendo que o excesso de sal, de açúcar e de gordura saturada causam doenças crônicas. A gente vê que a longevidade do ser humano está diretamente ligada ao baixo consumo dessas substâncias. Então, aquelas pessoas que conseguem realmente se focar, seja através da educação, seja através de terapia, seja através dos vários mecanismos que existem, também do exercício, que é um forte aliado, elas conseguirão maior longevidade e uma vida melhor. E, com certeza, as nutricionistas – que o seu Conselho tão bem representa – estão na linha de frente. Lembro-me agora da minha amiga Elisabeth Cassali, há muitos anos no Conselho, a quem deixo um abraço. Quero dizer que realmente a estrada é longa, mas a gente tem que seguir pelo bom caminho, que certamente é, cada vez mais, diminuir o excesso de sal, de açúcar, de gordura saturada, fazer bastante exercício e ter uma vida

melhor. Assim todos nós nos sentiremos bem e viveremos com bem-estar a nossa vida do dia a dia. Um abraço a vocês e parabéns pelo trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente Cassio Trogildo; Sra. Luciana Meneghetti, Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas da 2ª Região; primeiramente, quero agradecer a nota que o Conselho expediu em relação ao projeto votado aqui nesta Câmara. Em nome do PDT – dos Vereadores João Bosco, Márcio Bins Ely e Nereu D'Avila –, gostaríamos também de agradecer e dizer que estamos à disposição do Conselho. Quando essa lei foi votada, sua pretensão era a de criar a data dentro do Calendário de Porto Alegre, para que ficasse informado, principalmente para os órgãos públicos e para as escolas, o mal que causa o sal. Eu sou um que, confesso, gosto muito de cozinhar, mas que, na hora de botar sal, eu peço para alguém chegar: minha esposa, que tem uma melhor mão para pôr o sal.

Eu até fico constrangido, quando vou a alguns lugares, e vejo as pessoas falarem do projeto sem conseguirem ver a capacidade de prevenção dele. E também sem saberem que essa prevenção, de repente, vai diminuir as filas em postos de saúde, vai diminuir as filas, no futuro, em hospitais. Às vezes, eu escuto até algumas ironias: “Ah, tu és o Vereador do projeto do sal?” Com muita honra! Fiz esse projeto e recebi de pessoas capacitadas essa nota dizendo que é um ótimo projeto e que beneficiou as pessoas, os cidadãos de Porto Alegre.

Obrigado ao Conselho, parabéns pela sua presença e pela dissertação que a senhora fez aqui, mostrando aos senhores, a quem está assistindo e aos Vereadores, a importância de não se utilizar excessivamente o sal. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

O SR. ENGº COMASSETTO: Prezado Presidente, prezada Presidenta; quero depois, em nome dos nossos partidos de oposição – da nossa Líder, que também já falou, a Ver.^a Jussara Cony –, o PT, o PCdoB e o PSOL, entregar-lhe em mãos um projeto que temos aqui, de nossa autoria, que institui, em Porto Alegre, o programa municipal de fortalecimento da agroecologia e da agricultura orgânica, porque uma das buscas que se tem na nutrição é a origem e a qualidade dos alimentos, e isso está diretamente relacionado à qualidade de vida e à qualidade do Planeta. Nós temos a pretensão de que Porto Alegre seja a primeira cidade brasileira a ser, pela sua legislação, um Município livre de agrotóxico.

Quero aqui, em nome dos nossos partidos, entregar-lhe esse projeto. Nós nos colocamos – o PT, o PSOL e o PCdoB – à disposição para um debate sobre esse tema tão importante que a senhora traz aqui. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradecemos a presença da Sra. Luciana Meneghetti, Presidente do Conselho Regional de Nutrição da 2ª Região, antes fazendo um registro, Sra. Luciana, de que sou esposo de nutricionista. Minha esposa é nutricionista, faz nutrição clínica. Logicamente, por conviver cotidianamente, sei o quanto faz diferença na vida das pessoas a profissão que vocês tão bem representam. Muito obrigado pelo seu comparecimento. Um grande abraço.

O Sr. Mendes Ribeiro (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornamos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
023ª Sessão Ordinária 28MAR2016

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso dos 130 anos do Colégio Farroupilha, nos termos do Requerimento nº 019/16, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro. Convidamos para compor a Mesa: a Sra. Marícia da Silva Ferri, Diretora Pedagógica do Colégio Farroupilha; o Sr. Fernando Becker, Presidente da Associação Beneficente e Educacional – ABE; e o Sr. Milton Fattore, Diretor Administrativo do Colégio Farroupilha. O Ver. Mendes Ribeiro, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

O SR. MENDES RIBEIRO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Nesta cerimônia especial em homenagem aos 130 anos do Colégio Farroupilha, temos o dever de reconhecer o seu papel transformador, porque, se um bom colégio ensina, uma ótima escola inspira. Ao longo de sua história, o Colégio Farroupilha educou gerações e semeou um legado de pioneirismo, extrapolando os limites de suas salas de aula. A instituição foi uma das primeiras a oferecer jardim de infância no País, além de ter sido uma das precursoras em adotar o ecumenismo nas aulas de religião, ressaltando sua crença na liberdade. Liberdade essa que quase lhe foi tolhida com o advento da 2ª Guerra Mundial e com o preconceito que se seguiu a instituições de origem alemã; mudou de nome, mudou de endereço, mas jamais mudou o seu compromisso com a formação de grandes cidadãos e cidadãs. Se uma árvore centenária simboliza a vida em pleno vigor, três figueiras simbolizam uma história de 130 anos, que desafia o tempo e orgulha o nosso Rio Grande. Parabéns ao Colégio, aos colaboradores e aos estudantes. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convidamos o Ver. Mendes Ribeiro para proceder à entrega do Diploma em homenagem aos 130 anos do Colégio Farroupilha à Diretora Pedagógica, Sra. Marícia da Silva Ferri.

(Procede-se à entrega do Diploma.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Sra. Marícia da Silva Ferri, Diretora Pedagógica do Colégio Farroupilha, está com a palavra.

A SRA. MARÍCIA DA SILVA FERRI: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) O Colégio Farroupilha é mantido pela Associação Beneficente Educacional de 1858, fruto do esforço conjunto de alemães e teuto-brasileiros, os quais, em 21 de março de 1858, fundaram o Deutscher Hilfsverein (Sociedade Beneficente Alemã). Essa tradicional instituição surgiu para auxiliar os recém-emigrados da Alemanha que se encontravam em dificuldades no novo País. Tendo por princípio ser liberal, apolítica e interconfessional, determinou-se, desde a sua fundação, que fossem auxiliados alemães e teuto-brasileiros, católicos e protestantes sem qualquer espécie de distinção.

Nesse mesmo período, também foram fundados por alemães a Sociedade Germânia, a Sociedade de Ginástica de Porto Alegre – Sogipa e o Grêmio Náutico União, instituído em 1906, por seis alunos do Colégio Farroupilha. Em 1886, essa organização de caráter social sem fins lucrativos fundou o Colégio de Meninos da Associação Beneficente Alemã. E, em 1904, surgiu a Escola de Meninas, nas dependências da então Comunidade Evangélica.

No ano de 1895, o colégio, por meio dos seus fundadores, construiu sua sede própria na Av. Alberto Bins, o Velho Casarão. Foi então que, diante dos dois deficitários espaços educacionais – o de meninos e o de meninas–, o Colégio Farroupilha inspirou-se em um exemplo único no mundo, concebido na Alemanha, e inovou com a criação das turmas mistas. Desse modo, a história da ABE e do Colégio Farroupilha posicionou a instituição em um cenário de destaque, estabelecendo-a entre as mais importantes escolas de educação básica do Estado, referência no segmento de ensino. Em tal contexto, cabe destacar: fomos a primeira escola do Brasil a unir turmas de meninos e meninas, a criar o jardim de infância no Estado do Rio Grande do Sul, a implantar laboratórios de ensino e a instituir o Centro de Cambridge, ligado a essa Universidade.

Em 2001, o estabelecimento de convênio com o Exército brasileiro permitiu que uma escola de instrução militar passasse a operar dentro do Colégio. Essa parceria voltou-se para estudantes da 3ª série do Ensino Médio, possibilitando, assim, que esses jovens cumprissem o serviço militar e desenvolvessem valores, como a cidadania e o respeito à Pátria.

Inauguramos, no ano de 2006, a Unidade Correia Lima – escola de Ensino Fundamental que atende a mais de 300 crianças com bolsa integral, uniforme e alimentação. Além

disso, trata-se de uma sede imbuída da mesma proposta pedagógica da unidade matriz Três Figueiras, e conta com os mesmos professores que nesta atuam.

O Colégio Farroupilha foi a primeira escola brasileira a adotar o sistema de ensino da Universidade de Cambridge como parte de seu programa de ensino da língua inglesa. Por conseguinte, a cada ano, nossos alunos vêm atingindo maiores níveis nas avaliações da Universidade de Cambridge, reafirmando a referência do Colégio no que se refere ao ensino da língua estrangeira. Viajamos, também, para diferentes cidades do Rio Grande do Sul, a fim de efetuar a aplicação dos exames, já que somos a única escola brasileira com um centro aberto dessa Universidade. Oferecemos a língua alemã a partir do 5º ano do Ensino Fundamental e contamos ainda com a parceria do Governo da Alemanha, o qual nos proporciona bolsas de estudo para nossos professores e, também, para nossos estudantes.

Anualmente, realizamos diferentes intercâmbios: Bedford e Londres, destinados a estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental, para o aprimoramento das línguas alemã e inglesa. Lembremos aqui ainda os programas de tecnologia, em Stanford; de liderança, em Harvard, e, finalmente, o programa Cambridge Tradition, da Universidade de Cambridge, nos quais os alunos do Ensino Médio têm oportunidade de conviver e aprender com diferentes culturas.

Atualmente, contamos com currículo bilíngue já na Educação Infantil. No currículo do Ensino Fundamental, implantamos um programa para o desenvolvimento de lideranças. Buscamos com isso uma formação integral que priorize o autoconhecimento e o desenvolvimento de atividades sociais, extremamente relevantes para o convívio em sociedade.

Nossas equipes esportivas apresentam elevado nível de desempenho, o que muito nos orgulha, pois acreditamos que o desenvolvimento dos estudantes precisa contemplar as diferentes áreas do conhecimento. O esporte, em nossa concepção, é grande aliado no desenvolvimento da autoestima das nossas crianças e dos nossos jovens.

Oferecemos múltiplas oportunidades aos estudantes que desejam ir além dos temas abordados em sala de aula através do Programa de Voluntariado, do Grupo de Relações Internacionais, das Olimpíadas do Conhecimento, do Clube de Astronomia e do Movimento#daescolapravida, os quais buscam desafiar nossos estudantes para que solucionem problemas presentes no cotidiano.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
023ª Sessão Ordinária 28MAR2016

Temos uma qualificada equipe de colaboradores, com professores especialistas, mestres e doutores, que, diariamente, renovam o seu compromisso com a educação e sentem-se orgulhosos por fazer parte da família Farroupilha. Contamos hoje com 2.800 estudantes nas duas unidades da instituição e com cerca de 400 colaboradores. Recebemos o troféu Instituição Destaque, do ano de 2015, em evento promovido pelo Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado do Rio Grande do Sul.

Investimos, nos últimos anos, mais de 15 milhões nas melhorias da infraestrutura e na qualificação profissional das nossas equipes. Nessa perspectiva, a infraestrutura foi renovada, mas os valores e princípios do Colégio Farroupilha foram mantidos. Por isso a disciplina, o bom relacionamento, a busca pela excelência e o empreendedorismo seguem como valores presentes em nosso Colégio e, conseqüentemente, na formação dos nossos estudantes. Apesar de, neste ano, muitas pesquisas apontarem o decréscimo de alunos na rede privada, o Colégio Farroupilha foi na contramão dessa tendência e teve um aumento de 4,5% no número de seus estudantes. Tal fato se deve, certamente, à dedicação e ao trabalho sério de todos os profissionais que, diariamente, assumem o compromisso de construir uma educação de excelência. Já contamos, inclusive, com uma lista de espera, para o ano letivo de 2017, com mais de 250 candidatos inscritos. Tudo isso porque construímos uma escola com raízes frondosas, que, ao longo desses 130 anos, não pararam de crescer.

Finalmente, agradecemos imensamente pela homenagem prestada pelo Legislativo da nossa Cidade, de modo especial, aos Vereadores Mendes Ribeiro e Professor Garcia, representado por sua filha, Débora Garcia. Reafirmamos o nosso compromisso com a excelência educacional indispensável à construção de uma sociedade mais justa, ética e comprometida com o desenvolvimento do nosso País. Muito obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Kevin Krieger.

A SRA. MÔNICA LEAL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) É com muita satisfação que eu utilizo esta tribuna para falar em nome do meu partido, o Partido Progressista – Vereadores Guilherme Socias Villela, Kevin Krieger e João Carlos Nedel.

Eu estive no evento dos 130 anos do Colégio Farroupilha esta semana por uma razão muito simples: a minha ligação, o meu vínculo com essa instituição não é de hoje. Por isso solicitei ao meu partido que me permitisse fazer essa manifestação. É uma das instituições de ensino mais sólidas e tradicionais de Porto Alegre. Tenho saudades, pois, durante alguns anos, tive o privilégio de ter dois dos meus três filhos no seu quadro de alunos. Sinto profundamente arraigado em meu coração o sentimento de gratidão pelo Colégio Farroupilha, que influenciou a maneira de ser e de agir dos meus filhos, assim como, tenho certeza, influenciou também muitos que por lá passaram.

Manter uma instituição por tanto tempo e com tão exemplar trajetória é, sem dúvida, um grande mérito a ser reconhecido. O Farroupilha, nesses anos todos, cresceu, se desenvolveu, ampliou sua atuação, buscou novos campos, dividiu sua solidez e experiência, abriu-se a projetos sociais e realizou tudo isso movido por um dos bens mais preciosos que o ser humano pode receber, que é a educação. Um bem que, depois que o adquirimos, depois que somos impregnados por ele, ninguém nos tira. É o nosso maior patrimônio. A filosofia do Colégio Farroupilha é que o aprendizado de suas crianças e jovens seja fundamentado numa proposta educacional múltipla, que percorra as diversas áreas do conhecimento, o que, certamente, já formou um sem número de profissionais competentes e comprometidos.

Para finalizar, eu quero dizer que reconheço...

O Sr. Adeli Sell: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Aproveito para fazer este aparte e dizer que aprecio a sua fala em homenagem ao Colégio. Também queria dizer que a pluralidade exposta aqui já faz com que a gente louve para sempre o Colégio Farroupilha.

A SRA. MÔNICA LEAL: Obrigada, Vereador. Eu solicitei que a Cíntia, minha assessora, colocasse três fotos que foram apresentadas para todas as pessoas que estiveram na comemoração dos 130 anos do Colégio Farroupilha, que me marcaram profundamente e que representam a evolução dos tempos: como o Colégio Farroupilha começou e como ele está hoje, com foco na educação, sempre pensando no desenvolvimento, em acompanhar os tempos.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

A SRA. MÔNICA LEAL: Vejam bem: na primeira foto, à esquerda, nós temos alunas que, pelo uniforme, os senhores e as senhoras podem perceber o tempo, os anos passados desta fotografia. Já na foto ao lado, nós temos os alunos uniformizados agora, neste ano. Eu, como jornalista, aprendi na faculdade que uma foto vale mais do que mil palavras. Isso é o projeto de educação, a preocupação, o foco do Colégio Farroupilha: acompanhar a evolução dos tempos, mas sempre focado na educação.

Ver. Mendes Ribeiro, parabéns por ser o proponente desta justa homenagem. Para finalizar, quero dizer que reconheço o quanto o Colégio Farroupilha foi fundamental para a formação pessoal e profissional dos meus filhos, dos meus sobrinhos; e, agora, de uma nova geração, que a família Leal tem a honra de ter toda no Colégio Farroupilha. Crescer dentro desse colégio é ter o privilégio de receber uma educação completa e qualificada. Sinto-me muito feliz por saber que as minhas netas Martina e Catarina estudam lá. Eu mesma as busco uma vez por semana e faço questão de estar no bar do Zé, assim como, com os meus filhos, eu ia sempre. É sinal de que eu acertei na escolha do colégio: à medida que meus filhos colocaram minhas netas, vi que a decisão foi acertada, pois deixou marcas positivas na vida deles.

Também quero fazer um registro de que a minha irmã, a Cristina Leal Fontanella, é professora de inglês, tenho a impressão de que há mais de 25 anos, no Colégio Farroupilha. Com muito orgulho, eu quero dar os parabéns e agradecer por tudo o que vocês têm feito pelas novas gerações, que aí estão com uma cabeça ótima, trabalhando e estudando cada vez mais. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Raul Fraga está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. RAUL FRAGA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) É com grande satisfação que venho a esta tribuna pensando na área educacional do nosso País, do nosso Estado e da nossa Cidade. Quem conhece um pouco do Colégio Farroupilha

sabe da sua qualidade, do seu tamanho, da sua dinâmica, da sua integralidade de ações, da sua preocupação efetiva em formar cidadãos.

Eu fui rosariense por muitos anos, durante muito tempo lá fiquei, sendo que gostei muito de ter me formado cidadão no Colégio Rosário, um colégio marista que até hoje está aí. A minha filha também estudou lá. Mas tive vários colegas e familiares, principalmente de descendência alemã, que estudaram no Colégio Farroupilha. Eu tinha certa inveja quando eles diziam que estudavam no Farroupilha – e olha que o Rosário é um excelente colégio! Então, me senti instado a vir aqui até por ter uma relação muito pessoal, já que tenho muitos amigos de lá, principalmente integrantes da associação de pais do Colégio Farroupilha, um grupo que sempre se reúne, joga futebol – não sei se é ainda nas terças, quintas e sábados. Eu tive a oportunidade de jogar como goleiro durante alguns anos, fiz muitas amizades, o que me levou a participar um pouco das ações, porque a associação é muito integrada com as pessoas e com todo o pessoal do Colégio. Notamos que isso também é um braço importante para que o Colégio mantenha a boa qualidade e o excelente trato que tem com todos. Então, me lembro agora de amigos, uns estão ainda, outros não estão mais, como o Paulo Sérgio Pinto, o Gilberto Simões Pires, o Ivo Nedeff, o Dr. Carlos Schwartzmann, que é um excelente médico, meu colega de profissão; o Emir Parisotto e tantos e tantos outros, o Raul, enfim; se eu começar a citar aqui, nós vamos longe. Eu até nem devia ter me arriscado, porque vou fazer uma série de enganos aqui, para não dizer que deveria ter citado todos. Mas é o que efetivamente fica da qualidade educacional do Colégio Farroupilha, e isso se mantém há mais de um século, já estamos no segundo século, são 130 anos. Cento e trinta anos, nós sabemos que, efetivamente, não são 130 dias. São gerações e gerações focadas no estudo, na cidadania, na qualidade de vida, em formar pessoas íntegras, qualificadas. Basta ver o tipo de integração que se faz com outras universidades, de fora do País inclusive.

Gostaria de deixar essa saudação e esse carinho que toda a cidade de Porto Alegre tem a esse reconhecimento que nos foi proporcionado aqui, de forma tão cara e tão apropriada, pelo Ver. Mendes Ribeiro. Desejamos muitos e muitos anos ao Colégio Farroupilha, que ele se mantenha cada vez mais firme e mais forte. Nós estamos juntos para tudo o que precisar. No que esta Câmara puder fazer para se integrar a esse processo educacional, com certeza, estará junto. Muito obrigado, saúde para todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradecemos, mais uma vez, as presenças da Sra. Marília Ferri, do Sr. Fernando Becker e do Sr. Milton Fattore. Parabênico, novamente, o Ver. Mendes Ribeiro por propor esta homenagem. Também agradeço as presenças de todos vocês do Colégio Farroupilha. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h11min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (15h13min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. THIAGO: Caro Presidente, Ver. Cassio Trogildo; na medida em que se despedem os nossos homenageados do Colégio Farroupilha, que prestam um significativo trabalho, Ver. Prof. Alex, à educação na cidade de Porto Alegre, nós vimos a esta tribuna para expressar um pouco da preocupação que temos tido com relação a muitas questões que afetam a saúde da municipalidade. Eu tenho andado por aí nas Unidades de Saúde e tenho estado bastante preocupado com as questões da assistência, principalmente na Atenção Básica. Foi prolatado com insistência que seria melhor, que avançaríamos a partir da coalizão com o programa federal dos médicos sem revalidação do diploma. Mas, sem dúvida nenhuma, isso fez com que a saúde da Cidade piorasse. Ao final da gestão do Dr. Pedro Gus, para colocar isso em dados concretos, a Cidade tinha em torno de 130 equipes de saúde da família. Cerca de cinco delas não tinham médicos. Hoje, nós vivemos numa Cidade em que houve um programa chamado “parametrização”, que fez com que, a despeito do pensamento das comunidades, a despeito das necessidades, a despeito da vocação daquela Unidade de Saúde, as unidades passassem de Unidade Básica de Saúde para PSF. Então, foi feita a transformação em, mais ou menos, 20 a 30 unidades. Nós chegamos, hoje, a ter 150 estratégias de saúde da família. E não foi porque o programa avançou, foi porque houve a migração, a precarização do trabalho, principalmente do trabalho médico, a partir da escravidão desses profissionais, que são aqueles que vieram de fora e que não revalidaram o

diploma. Hoje, pela operação Lava Jato, nós sabemos que isso é para fortalecer o caixa dois do Partido dos Trabalhadores. Então, nós tivemos a migração de um programa para outro, de uma espécie de atendimento para outro. E pasmem os senhores que, hoje, nós temos 15 equipes de Saúde da Família sem médico! Nós tínhamos cinco ao final da gestão do Dr. Pedro Gus, hoje nós temos 15! E 95% dessas equipes são abastecidas por esses profissionais que não revalidaram o diploma. Ou seja, os médicos foram expulsos da Prefeitura de Porto Alegre, os médicos foram colocados para fora do programa de Estratégia de Saúde da Família. Isso de vê, cabalmente, na atenção ao pré-natal. Eu escutava estarecido o relato de uma paciente que chega a 20 semanas de gestação e não fez nenhuma consulta médica nem de enfermagem! Ela assistiu a quatro grupos, e pasmem – eu tenho as imagens aqui, em outra oportunidade vou mostrar o áudio: quatro dessas palestras foram feitas por veterinários! Então, nós temos pré-natal, em Porto Alegre, hoje, sendo realizado por médico-veterinário! Isso é importante que se destaque, porque depois, se nós tivermos os vieses que, infelizmente, vamos colher no futuro com relação a essas gestações, nós temos que estar precavidos de que essas coisas realmente estão acontecendo, para não dizer, como alguns grandes políticos nacionais – pseudograndes políticos –, que não sabiam de nada.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação, por cedência de tempo do Ver. Marcelo Sgarbossa.

O SR. ADELI SELL: Meu caro Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras; gostaria de dizer ao Ver. Dr. Thiago que eu poderia também ouvir o presidente americano, Barack Obama, sobre a questão do Mais Médicos e talvez pudéssemos fazer um debate em outros patamares, não apenas numa disputa que V. Exa. trava com a Administração. Sabemos que sua visão é diferente, mas gostaria de debater outro dia com V. Exa. sobre esse tema mais especificamente. Mas eu venho aqui para tratar de um tema que está abalando a cidade de Porto Alegre. Hoje recebi um vídeo de uma letra irônica, sarcástica sobre Porto Alegre, baseada naquela famosa letra do Fogaça, em que as pessoas simplesmente falam das mazelas da Cidade. Eu fiquei chocado, não porque eu não saiba dos problemas que tem, mas, quando as pessoas colocam isso numa música, numa letra,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
023ª Sessão Ordinária 28MAR2016

com imagens, é altamente chocante. Depois, para quem quiser, posso passar. Eu não ousaria passar aqui, porque, na verdade, nós vamos acabar, Ver. Villela, sucumbindo diante das desgraças que vivemos, especialmente da segurança. Há um Secretário que diz que não anda por esses bairros, ou seja, ele não anda por essas bandas onde acontecem as tragédias.

Na quinta-feira, vários estabelecimentos comerciais foram assaltados no Centro de Porto Alegre. Não são apenas assaltados, há uma trupe na Praça da Alfândega que ameaça os comerciantes da Rua dos Andradas e do seu entorno, em todos os cantos. A Voluntários é um pedido para você andar e ser assaltado em tudo que é canto. Hoje a Brigada Militar fez três prisões: um foragido, outro que estava em condicional e assim por diante. Com poucos recursos materiais e poucos recursos de pessoas para trabalhar, eu vejo um esforço sendo feito pela Brigada Militar. Agora, eu acho que o Secretário é o típico secretário da insegurança, porque a cada dia, depois da sua entrada no Governo do Estado, nós estamos vendo uma piora dramática da insegurança em Porto Alegre. Dramática! Eu acho que deveríamos, aqui na Câmara, lançar um manifesto por uma rede de ações: ações coletivas e solidárias, um pouco do que fez o prefeito de uma cidade do Rio de Janeiro, pequena cidade, um pouco mais de cem mil habitantes. Ele chamou a coletividade, a começar pelo Ministério Público e Judiciário; a Prefeitura entrou na parada com as suas Secretarias; e o Governo do Estado, com a Polícia.

Olhem os inferninhos da cidade de Porto Alegre! Na minha época, alguns foram fechados, o Cecchim deve ter fechado outros tantos, o Nagelstein outros tantos; os outros Secretários, mais não sei quantos. Mas eles estão abertos! Que milagre! Para conseguir um PPCI em Porto Alegre é uma loucura. Então, eu proponho uma ação conjunta do Corpo de Bombeiros, do Denarc, do Deca, da Prefeitura com a SMIC, a SMOV, para ver o habite-se; a Saúde, para ver a vigilância sanitária de alimentos. Façamos um grande mutirão no Centro Histórico.

A “cracklândia” da Marechal Floriano funciona, mas a grande mídia de Porto Alegre fala da “cracklândia” de São Paulo. A “cracklândia” debaixo do nariz da grande mídia local não existe! A “cracklândia” em torno da rodoviária não existe para a grande mídia local! O que os senhores que dirigem esses órgãos de imprensa fazem, pensam? Escondem as “cracklândias” e escondem os grupos que estão em disputa no crime organizado e desorganizado de Porto Alegre. Diante de um secretário de insegurança pública, eu acho

que cabe a nós tomar o caminho e o tento e fazer uma grande mobilização social. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, venho a esta tribuna, em primeiro lugar, para convidar todos os Vereadores e as Vereadoras, para, no dia 31 deste mês, às 14h, neste plenário, participarem da quinta-feira temática referente à Lei Maria da Penha na escola da vida. Ao mesmo tempo em que faço esse convite, faço também o agradecimento a todos os meus colegas, mulheres e homens desta Casa, porque nós aprovamos por unanimidade um projeto que inclui a Lei Maria da Penha nos currículos escolares. Agradeço mesmo a toda Casa porque não houve um voto contrário sequer, todos aprovamos este projeto que agora está tendo os seus desdobramentos. Este evento, no dia 31, faz parte do Mês da Mulher, na Câmara Municipal de Porto Alegre. Agradeço também à Coordenadoria da Mulher, da qual todas nós, Vereadoras, fazemos parte, e que neste momento é coordenada pela Ver.^a Sofia Cavedon.

Este é um projeto que vem das demandas e das necessidades da sociedade. Eu diria que ele é, na minha linguagem farmacêutica, um caldo de cultura. A sociedade é um caldo de cultura, e dela vem essa demanda, porque, na realidade, nós vamos trabalhar com a violência doméstica e familiar, no sentido de entender que a violência é crime e que seu maior cúmplice é o silêncio.

Nós, Vereadores, somos um veículo por onde passam os princípios ativos. Qual é o princípio ativo deste projeto? É a luta das mulheres contra a violência. E a luta de alguns homens também, porque nós temos, ao longo desse processo, homens que, lado a lado, conosco, são lutadores contra a violência. Um exemplo é esta Casa, que aprovou por unanimidade o projeto. Nesse sentido, nós protocolamos e aprovamos o projeto na Câmara.

A terceira etapa é a elaboração desse princípio ativo, que é o projeto, para que se torne, digamos assim, um medicamento, algo que precisa ser atacado, como é o caso da

violência doméstica e familiar. Então, aí, a articulação do nosso mandato, que nós fizemos depois de aprovado o projeto – que foi sancionado pelo Prefeito Fortunati – com a Secretária de Educação, Cleci Jurach, e com a Secretária Adjunta da Mulher, Waleska Vasconcellos, para materializar essa lei na vida, ou seja, usar esse medicamento construído nesse processo para o uso indicado, que é o combate à violência.

Então, será lançado na sexta-feira, dia 31, às 14h – aproveito para convidar toda a população de Porto Alegre, todos os Vereadores, os movimentos organizados de mulheres, todos aqueles homens e mulheres que estão nessa luta contra a violência –, o gibi Maria da Penha. Esse gibi vai ser trabalhado nas escolas desde a educação infantil. Os efeitos são extremamente positivos. Nós articulamos para o lançamento desse gibi, naturalmente, a Câmara Municipal, através da Mesa Diretora e dos Vereadores, a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria das Mulheres, no sentido de que o efeito seja de novos homens, novas mulheres, através de uma educação libertadora para uma nova sociedade. Esse gibi é voltado a alunos e educadores da rede municipal de ensino de Porto Alegre, foi elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, pela Secretaria Adjunta da Mulher e também pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, por meio da conselheira Silvana Conti, a quem eu agradeço muito, e também teve a participação da Câmara Municipal, através do nosso gabinete e também nessa articulação no mês da mulher com a Procuradoria.

Então, colegas, essa lei e esse gibi são fundamentais para formar crianças e adolescentes, desde a educação infantil, para a igualdade, o respeito e a mitigação dos preconceitos de todos os tipos, a ensinar que mulheres e homens precisam, juntos, construir uma sociedade sem opressão de gênero, de raça ou qualquer outro tipo, com a perspectiva de fazer avançar os direitos humanos. Finalmente, com esse agradecimento aos meus colegas, quero dizer que a própria Maria da Penha, que deu origem à lei nacional, nos dias 7 e 8 esteve em Porto Alegre, e num dos momentos, na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, nós entregamos a ela, que ficou muito contente, o pré-lançamento a pré-elaboração do gibi. E o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher está espraiando... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. A Ver.^a Séfora Gomes Mota está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Dinho do Grêmio está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente. O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente. Encerrado o Grande Expediente.

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; boa tarde Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, colegas da Câmara, público que nos assiste, eu venho aqui, na verdade, para reafirmar e fazer a discussão – a gente tem apresentado diversos projetos e tenho tentado aprofundá-los – relacionada à questão dos animais. Eu tenho procurado estudar e buscar referências das mais diversas, internacionais, apesar de achar que as pautas e as diferenças são municipais, são regionais, em todos os assuntos, mas para esse tema, por ser um tema mundial, um tema bastante abrangente e que toca muito o coração de muitas pessoas – e ao mesmo tempo também é muito indiferente para muitas pessoas –, a gente tem procurado buscar diversas referências. E diversas cidades, inclusive em Itapema, cidade de Santa Catarina, têm feito o que para mim pode ser a saída e alternativa fundamental para eliminar o sofrimento animal, Ver. Prof. Alex, e fazer uma batalha real em todos os Municípios, porque a gente acaba só “secando o gelo”.

Hoje as protetoras, protetores, mas fundamentalmente as mulheres cumprem um papel em todos os municípios muito além do que muitas vezes a política pública, o órgão público cumpre. Mas é literalmente “secar gelo”, porque é pegar bichos abandonados e tentar de alguma maneira mantê-los. Eu recebo, seguramente, todos os dias, ligações duas ou três vezes de pessoas que dizem que estão com uma cadela com uma ninhada de 8, 10, 11, 12 filhotes. Diariamente. E é infelizmente uma realidade em todos os Municípios de área. A castração é seguramente a única alternativa. Só que não dá para

ser uma medida paliativa como é hoje. A própria Secretaria não consegue dar talvez 1% da demanda que tenha, mesmo com o hospital não vai conseguir atender talvez 5%, 3% do que é a demanda de animais abandonados se reproduzindo. Dentro desse estudo que eu estava procurando, para vocês terem uma ideia, um casal de cachorros gera, em 10 anos, 12 animais, e esses 12 animais geram 80 milhões de animais em 10 anos. Ou seja, vocês imaginem isso em 10 anos, e a castração seria a única forma eficaz de a gente parar de “secar gelo”, ter um projeto real de castração em que a Prefeitura fizesse algum tipo de isenção fiscal de imposto para ter parceria com clínica particular, para que Porto Alegre chegasse a 100% de animais castrados é só com parcerias com clínicas que castrassem 500, 800 animais através de algum convênio com o Município, para a gente parar de “secar gelo” e parar com o abandono que há. Fora os benefícios da castração, do que as pessoas têm preconceito e muitas vezes o desconhecimento: acham que o animal vai ter problema de saúde, a fêmea vai ter problema emocional. Isso é uma mentira. Castração é a única forma eficaz para os animais, para nos tornarmos uma cidade em defesa dos animais, chegarmos em um nível razoável de cães em que não se precisem canis, um nível em que as protetoras não fiquem soterradas como hoje, um nível de verdade, de uma cidade ter um olhar de amor aos animais. Além do que, na fêmea, evita riscos de câncer no útero, no ovário, e diminui em quase 100% o risco de fuga, o animal fica mais tranquilo... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) E 67% dos casos de animais que têm problemas de identificar seu território ficam resolvidos a partir da castração por perceber onde estão; diminuiu 63% a questão da agressividade nos machos, a disputa por território, o animal fica mais calmo e diminuem os hábitos de urinar nas paredes, nos móveis, e toda aquela ansiedade que o animal tem. Estou aqui com os dados, que inclusive poderiam ser mostrados pela TV depois: um ano, 12 filhotes; 2 anos, 66; até os 80 milhões de filhotes nos 12 anos.

Quero fazer esse convite para que os Municípios vejam que a castração é a única saída, com um plano de um projeto de 100% de castração, não medidas paliativas, de castrar meia-dúzia para mostrar em propaganda.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, venho usar o período de liderança do Solidariedade, nosso Partido, primeiro para falar aqui, a pedido dos filiados e direção da Força Sindical, para comunicar à população de Porto Alegre e todo o Rio Grande do Sul que nos ouve que, na sexta-feira, largamos uma nota dizendo que a nossa central não está participando dos atos, principalmente do ato que houve, junto com Lula, na semana passada, e muito menos das caminhadas, dos atos que estão acontecendo de apoio ao Governo Federal. Nossa Central é contra os arrochos, o desemprego, a inflação que existe neste País. E não compactua com o que está acontecendo neste Brasil, principalmente a questão de desvios de verbas públicas da Petrobras, do BNDS, já denunciadas aqui e toda a roubalheira que existe neste País. Então, nós não estamos participando de nenhum ato, de nenhuma reunião que defenda o Governo ou que defenda qualquer pessoa, principalmente o Lula e a Presidente Dilma Rousseff, envolvidos nesses escândalos do mensalão, do petrolão e em todos outros escândalos que existam na República, principalmente, a Lava Jato. Quero aqui trazer e tornar público, já transcrito em notas distribuídas a todas as imprensas do Brasil pelo presidente nacional da nossa Central e pelas presidências regionais e por seus dirigentes, que já manifestaram que, se há algum membro da Central, pluripartidária, participando, está em seu nome, e não em nome da Central ou de seus dirigentes. Pelo contrário, a grande maioria da Força Sindical está na rua, porque nós temos convicção de que isso não é golpe, é *impeachment*, é uma forma democrática de o povo trocar o que está errado. Isso é uma forma democrática de o povo trocar o que está errado e o povo devolver o Brasil aos eixos do desenvolvimento econômico, da geração de emprego e renda, do fortalecimento da indústria nacional para o Brasil se levantar, do gigante acordar e voltar a se desenvolver gerando emprego e renda e acabar com essa inflação que vem consumindo o bolso dos trabalhadores brasileiros, do povo brasileiro e, principalmente, reaquecer a economia brasileira para acabar o que estamos vendo, o desmanche da indústria nacional, do desmanche de milhares e milhares de empregos. Nós já atingimos a maior taxa de desemprego na história da República do Brasil na era democrática deste País.

Venho aqui também falar que, no final do ano passado, nós discutimos a questão de aplicativos aqui em Porto Alegre – e aqui nesta tribuna eu falei que não era só na questão do transporte individual de passageiros que nós íamos enfrentar a questão dos aplicativos –, e nós estamos desde lá esperando a regulamentação do Município quanto a isso. Hoje, para nossa surpresa, entrou também um aplicativo não só no transporte individual de passageiros, Ver.^a Fernanda Melchionna, mas também na questão do transporte de carga. Caminhões pretos estão chegando em Porto Alegre para fazer o transporte de carga em Porto Alegre. Então, quando eu dizia aqui, nesta tribuna, Ver. Tarciso, que não era só no transporte individual de passageiros que iriam usar aplicativo, que seria usado no transporte de carga, que seria usado em outras profissões, que seria usado em outros meios de transporte, que seria usado até no setor de alimentos, isso está sendo comprovado. Eu queria estar errado, eu queria estar muito errado. Hoje, entra em Porto Alegre o aplicativo para transporte de carga. Chegaram em Porto Alegre caminhões pretos que irão fazer o transporte logístico de cargas a partir de Porto Alegre. Estará disponível esse aplicativo... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Então, a Prefeitura caminha lentamente para trazer, para encaminhar para esta Casa uma regulamentação do transporte individual de passageiros. Agora, imaginem, colegas, o que será a regulamentação do transporte de carga, o que será a regulamentação do transporte coletivo de passageiros, porque existe aplicativo para transporte coletivo de passageiros, que seriam os lotações, que seriam os ônibus até 21 pessoas. Eu acho que cabe a nós exigir não só a regulamentação do transporte individual de passageiros, mas que venha o projeto já regulamentando os aplicativos para todos os transportes efetuados no Município de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (15h46min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 030/12. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLCE nº 006/15. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/15.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde, Vereadores, Vereadoras, público que nos acompanha. Eu me inscrevi muito rapidamente, Ver.^a Jussara Cony, Vereadores – fiz referência à Ver.^a Jussara pela liderança de oposição na Câmara de Vereadores – porque eu acho que, para esse projeto, caberia uma explicação do Líder do Governo, Ver. Kevin Krieger, ou de outro Vereador da base com relação a essa alteração.

Nós estávamos aqui quando foi votada a Operação Urbana Consorciada Lomba do Pinheiro. Esse projeto altera um dos anexos que trata de questão de habitação, altera um dos itens do anexo V, ampliando para habitação coletiva as tipologias permitidas na Zona Residencial 1 do Plano de Operação Consorciada. Em princípio amplia a capacidade de habitação. Nós temos as definições de habitação coletiva e de habitação multifamiliar no Código de Edificações de Porto Alegre.

Então, subo à tribuna pedindo que os Vereadores da base possam debater e esclarecer um pouco o projeto bem como o andamento da questão da Operação na Lomba do Pinheiro: se de fato é o entendimento que temos, de que amplia o número de habitações, podendo adensar mais a área com políticas de habitação e então explicando por que a necessidade dessa alteração na legislação. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/15.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Colegas Vereadores e Vereadoras, esse projeto em discussão é um projeto de origem do Executivo Municipal, do Governo Municipal, que propõe uma pequena mudança no projeto de lei da Operação Urbana Consorciada Lomba do Pinheiro, do qual, lá na nossa Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação, fui relator favorável a essa modificação.

Mas eu quero referir aos colegas Vereadores e Vereadoras que o projeto da Lomba do Pinheiro, da Operação Urbana Consorciada – Lei Complementar nº 630/09 –, foi aprovado em 2009, e nós estamos em 2016! O projeto da Operação Urbana Consorciada, sob responsabilidade da SMURB, foi criado para poder regularizar e estruturar a Lomba do Pinheiro. Esse projeto já tem seis anos, e nada foi feito em termos de regularização, em termos de estruturação, em termos de regime urbanístico, para que possa ser regularizado o comércio, para que possam ser autorizados os supermercados, as lancherias, os bares, os institutos de beleza, entre outros, Vereadoras e Vereadores, que, na sua grande maioria, são irregulares. Por que são irregulares, Sr. Presidente? Porque, quando não existia regime urbanístico, se instalaram lá, tornou-se cidade, e cada um deles entrou com um alvará provisório – o Ver. Cecchim, quando foi Secretário, instituiu o alvará provisório. Todos os anos são renovados os alvarás provisórios, que nunca se tornam definitivos. Por que isso? Porque não tem regime urbanístico no terreno, a construção, por sua vez, não adquire o habite-se, e, não adquirindo o habite-se, não podem ter os alvarás para o funcionamento daquelas comunidades. Isso gerou um círculo vicioso.

Aqui eu falo principalmente da Secretaria de Urbanismo, que é dirigida por um Vereador, que não fez nenhum trabalho de implementação da Operação Urbana Consorciada Lomba do Pinheiro. O projeto foi aprovado em 2009, e nós estamos em 2016! Eu quero falar aqui principalmente para os Vereadores do PMDB, porque essa Secretaria e o Governo são gerenciados também pelo PMDB. Por que a Operação Urbana Consorciada Lomba do Pinheiro – Lei nº 630, aprovada em outubro de 2009, que deu regime especial, deu qualidade especial, Ver. Reginaldo Pujol, e lá estão inúmeras comunidades irregulares – não sai do papel?

Operação Urbana é uma lei que propicia que seja regularizada toda uma região, que sejam trabalhados índices para serem utilizados pela construção, pagando recursos para que possa ser implementada infraestrutura na região. A Lomba do Pinheiro não tem nenhuma praça pública, não tem nenhum parque, não tem estruturas públicas, e lá tem mais de 170 mil pessoas residindo naquela região. E dessas 170 mil pessoas, eu vou arriscar aqui, mais de 80% estão em situação irregular. E essa mudança proposta aqui, área com estímulo à vida do bairro, tem que ser aplicada, porque se não for aplicada, vai ficar aqui o nosso trabalho, mais uma vez. Assim como houve aqui a audiência pública,

das AEISs, das Áreas Especiais de Interesse Social, e a maioria dos comunitários que estavam aqui vieram e deram “um pau” nesta Câmara de Vereadores, dizendo que não faz nada, que é incompetente, que é inoperante, que tranca os projetos. E eu estava aqui, naquele momento – único Vereador –, pedi a palavra e disse que não era assim, que os projetos que nós aprovamos com relação à regularização o Prefeito veta. Eu estava dizendo que na audiência pública das AEISs, inclusive, Sr. Presidente, o Secretário Valter fez uma fala dizendo que o problema das AEIS foi a votação da área da zona rural, e que foi um movimento de atropelamento desta Câmara aqui por querer votar a área da zona rural. Eu disse: o senhor está errado, esse é um projeto que vem do Executivo, coordenado pelo senhor, e foi uma decisão do governo em votar a zona rural. E também quero registrar aqui que ele veio falar aqui uma meia verdade, dizendo que as AEISs que estão na zona rural não podem mais porque já é zona rural. Não, o Governo mandou preservar aquelas AEISs para discutir agora.

Então, eu quero dizer aqui que votaremos favoravelmente esse projeto, mas queremos ver a operação urbana aplicada na Lomba do Pinheiro.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Kevin Krieger (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro o adiamento da discussão do PLCE nº 006/15 por uma Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Kevin Krieger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Waldir Canal (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da redação do PLL nº 078/14, que passa a ser redigido da seguinte forma: “Inclui a efeméride Semana Municipal da Vila dos Pescadores do Bairro Assunção ao Calendário de Datas Comemorativas” – um ajuste legislativo em respeito à comunidade daquela localidade.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Recebo a sua solicitação, Ver. Waldir Canal, e encaminho à DL, que fará os devidos encaminhamentos.

Solicito a alteração da ordem da priorização de votação para que possamos, imediatamente, passar à seguinte ordem: PLL nº 078/14, Requerimento nº 025/16, PLE nº 028/14, PLE nº 005/14, PLE nº 003/14, PLE nº 025/13 e PLE nº 013/13. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, o PLL nº 078/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM.**

Em votação o Requerimento nº 025/16.(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLE nº 028/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLE nº 005/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLE nº 003/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLE nº 025/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLE nº 013/13. (Pausa.)

O Sr. Cláudio Janta (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro o adiamento da discussão do PLE nº 013/13 por duas Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Reginaldo Pujol (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Em discussão o PLL nº 067/15. (Pausa.)

A Sra. Fernanda Melchionna (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro o adiamento da discussão do PLL nº 067/15 por duas Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Mendes Ribeiro (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro o adiamento da discussão do PLE nº 045/15 por duas Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLCL nº 033/13. (Pausa.) A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLCL nº 033/13.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, este nosso projeto nada mais é do que a formalização da Lei da Transparência, evitando que cada vez que procurarmos saber quais as medidas que foram adotadas como compensatórias, por exemplo, precisemos nos dirigir à Prefeitura e solicitar cópias e mais cópias de processos, e muitas vezes não se consegue em um prazo tão curto. Então, qual é a proposta? Embora fala um termo que não é de domínio de todos, é apenas isso. Segundo a Lei de Transparência, hoje, todo gestor público precisa fazer a sua resposta dentro de um prazo de no máximo 40 dias, porque, se assim não atender, poderá responder por improbidade administrativa. Muitas vezes é feito um pedido desses e não chega ao gestor, o que gera uma série de problemas para quem está à frente de uma secretaria, de um departamento.

Então, hoje nós temos a tecnologia, temos a informática; acessa-se um *site* e se tem todas as informações. Estão esse é o objetivo, sem custos, de como ter essa informação sobre essas aplicações, sobre as medidas no bairro onde se tem um investimento. Nada mais do que isso, seguindo a Lei de Transparência.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLCL nº 033/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 14 votos **SIM**; 7 votos **NÃO**.

Em discussão o PLL nº 023/14. (Pausa.) O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLL nº 023/14.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, senhoras e senhores; venho a esta tribuna tendo em vista que este projeto de lei, na sua ementa, não traz agregado o substitutivo que foi construído a quatro, seis, oito mãos. Conversamos com o sindicato, com proprietários de casas noturnas, com o alemão, do bar Opinião, com o Saul, da Pixy, com várias lideranças, não só na nossa capital, mas na Grande Porto Alegre, com relação a esta iniciativa. A nossa ideia era combater as doenças sexualmente transmissíveis, especialmente o HIV, a partir da obrigatoriedade de entrega de camisinhas nas casas noturnas, a exemplo do que se faz nos motéis, só que obviamente a finalidade de quem vai a uma casa noturna não é a mesma de quem vai a um motel. Houve uma ponderação por parte dos proprietários das casas noturnas, que achei oportuna, surgindo o substitutivo. Então, cabe dizer que o nosso substitutivo tem por objetivo trazer a obrigatoriedade de que o proprietário da casa noturna tenha à disposição o preservativo para venda. Então, o cidadão se encontra na fila para sair da casa noturna, às 3h, 4h da manhã, se ele precisar, tem ali para vender, na boca do caixa, um preservativo. Ou também, obviamente, pode lhe ser entregue gratuitamente, pois sabemos que existe uma distribuição gratuita por parte do Poder Público. Mas que ficasse algo não impositivo, trazendo, digamos assim, a característica da obrigatoriedade, a exemplo do que ocorre nos motéis, mas que possa socorrer o cidadão, às 3h, 4h da manhã, quando não há mais

farmácias abertas, que está saindo ali da casa noturna e tem condições de adquirir o preservativo.

Então, a título de esclarecimento, as fundamentações do substitutivo...

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Márcio, eu estou com dificuldade de votar favoravelmente a seu projeto, vou lhe pedir...

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Por isso que estou tentando esclarecer.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: O senhor quer impor a uma boate, a um restaurante, porque as boates...

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Restaurante não, casa noturna.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: Casa noturna. Mas também há pessoas que vão jantar em casas noturnas, enfim. O senhor quer impor a uma casa noturna que bote lá uma prateleira para vender preservativo? Que tipo de casa noturna?

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Casa noturna. Não, não há tipo de casa noturna, pois casa noturna é casa noturna, as quais tem o funcionamento após a meia-noite. Assim como tem bala para vender, Halls para vender, tem tudo para vender ali na boca do caixa, também disponibilizar para venda o preservativo, é somente isso. Está esclarecido, Vereador?

O Sr. Bernardino Vendruscolo: Mas eu tenho dificuldade. O senhor imagina que nós vamos impor a uma casa noturna... Porque lá não é lugar de fazer sexo, quem vai lá vai jantar, vai dançar.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Por isso que a venda é para quando a pessoa estiver saindo às 3h, 4h da manhã. Quero dizer que isso foi construído junto ao sindicato, aos proprietários das casas noturnas, essa não é uma ideia que surgiu do nada. Nós temos

altos índices de contaminação de HIV, temos altos índices de situações que dizem respeito às doenças sexualmente transmissíveis e nós estamos dando a nossa contribuição para tentar combater, através da preservação, esses tipos de doenças que sabemos o quão graves são, que representam uma ameaça, especialmente para a nossa juventude.

Então, quero reiterar aqui que não é a distribuição gratuita e, sim, garantir que tenha para vender nas casas noturnas o preservativo e também, obviamente, as casas noturnas que puderem distribuir gratuitamente melhor. Fica aqui, então, o nosso encaminhamento no sentido de pedir o apoio dos nobres Pares para que possamos transformar em lei essa iniciativa. Muito obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 023/14.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadores, primeiro, o projeto é inconstitucional; ele adentra numa questão de iniciativa do empreendedor, além disso é inconstitucional. Nem vou falar aqui o seguinte: ele tem que ir à Junta Comercial, mudar o destino da empresa. Preservativo se vende em farmácia, em mercados e lojas de conveniência. Existem regras na Junta Comercial; existem regras na Receita Federal, e existem regras de alvará – está aqui o Ver. Cecchim, que foi nosso Secretário Municipal da Produção Indústria e Comércio. O fito da casa noturna não é esse tipo de comércio; a casa noturna trabalha com alimentos e bebidas; se eu adentrar, eu vou estar adentrando em uma outra seara. E tem mais! Olhem o custo de entrar na Junta para modificar essa questão; olhem o custo do contador para fazer isso, porque ele não vai fazer de graça. Além de tudo, é um projeto inconstitucional porque ele adentra, ele invade a competência do comércio, que é uma competência federal, e não municipal. Eu sei do objetivo do Vereador, mas isso é política pública. Nós temos que fazer campanhas públicas, assim como eu falei da questão do sal, nós temos que ir para as escolas, nós temos que falar com a Prof.^a Cleci para que façamos um trabalho de ajudar, mobilizar e organizar a comunidade. A cada dia nós estamos inventando um projeto de lei que inviabiliza a questão do comércio e dos serviços em Porto Alegre. E também tem outra, eu volto a

repetir: nós somos Vereadores, nós não temos o poder de fazer uma legislação que invada a competência de comércio, que é uma competência federal. E repito, para quem ainda não ouviu, nós temos que mudar essa questão na Junta Comercial, ela tem que entrar com outro item dizendo que ocorrerá esse tipo de comércio. Nem sei se a Junta vai aceitar, porque a casa noturna não tem esse fito, não é da sua competência. Ademais, o contador vai cobrar para fazer isso. Então eu voto contrariamente ao projeto em defesa do comércio e do bom senso.

E quero me somar ao Prof. Alex e a outros professores que estão aqui por fazerem essas campanhas educativas. Logo, eu me oponho ao projeto de lei – o Ver. Bernardino Vendruscolo já levantou alguns questionamentos, provavelmente alguns Vereadores tenham outros elementos nesse sentido. Então, voto “não” por ser um projeto inconstitucional, invade a seara comercial, que é de competência federal, aumenta dramaticamente os gastos para os pequenos comerciantes, uma danceteria, casa noturna, uisqueria, etc. Vamos cuidar, sim, dos inferninhos abertos e que estão por aí sem PPCI, que funcionam à base de liminar. Vamos nos preocupar com o que está errado, com o que não funciona, com o que está na ilegalidade, e não com aqueles que estão fazendo certo hoje, e fazer com que tenham um gasto exorbitante. E mais, vão entrar com uma medida e vão derrubar juridicamente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir o PLL nº 023/14.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Ver. Márcio Bins Ely, respeitando as suas intenções, imagino e acredito que sejam as melhores, mas não dá. Nós estamos, vou usar um dito popular, pagando mico na rua por alguns projetos que esta Casa enfrenta. E vou lhe pedir, Ver. Márcio Bins Ely, que o senhor explique melhor quando fala em danceterias, boates, casas noturnas e congêneres. O que o senhor inclui em congêneres? Eu tenho dificuldade de entender esse “congêneres”. Ah, é casa que abre à noite? Qual a diferença de uma churrascaria, por exemplo, que abre à noite?

O Sr. Márcio Bins Ely: V.Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, agradeço o aparte que V. Exa. me cede, no sentido de esclarecer que o nosso objetivo não contempla restaurantes. A nossa iniciativa tem por objetivo combater as doenças sexualmente transmissíveis e incentivar o uso de preservativo, que, aliás, tem sido, talvez, uma das melhores medidas preventivas que se encontrou para combater HIV, sífilis, entre outras DSTs. Então esse é o recado que queremos dar a partir desta iniciativa: fazer um projeto de lei que torne obrigatório que, nas casas noturnas, tenha camisinha para vender ou para oferecer de graça, porque os jovens, ao saírem dali, às 3h ou 4h da manhã, terão uma facilidade de ter acesso a um método preservativo. É nesse sentido a nossa iniciativa. Não é para restaurante.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Eu fico imaginando um casal, dançando, ter que usar camisinha, porque, lá no restaurante, nas boates, nas casas noturnas não é lugar de prática sexual. Eu fico imaginando alguém dançando e, para dançar, tenha que usar camisinha. É só nessa linha de pensamento, me desculpem a minha franqueza, é o único argumento que teria para alguém me convencer de votar favoravelmente.

Ver. Dr. Thiago, o senhor que é médico da área e trata muito desses assuntos, qual é a sua opinião?

O Sr. Dr. Thiago: V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Bernardino, eu vou depois externar a minha opinião usando a tribuna, mas quero lhe dizer que realmente vejo com dificuldade algumas questões. Se nós queremos fazer uma política séria de prevenção à DST e sobre planejamento familiar, a Prefeitura de Porto Alegre tem que colocar em execução um projeto que eu e o senhor aprovamos aqui nesta Casa, que é do ensino sobre doenças sexualmente transmissíveis nas escolas. Outra: se a Prefeitura quer enfrentar a questão do HIV, ela tem que colocar em execução o projeto que eu e o senhor executamos e aprovamos nesta Casa, que é o teste rápido e com medidas preventivas de Aids nas Unidades Básicas de Saúde.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Mas o senhor quer dar serviço para o Executivo? Bom, sinceramente, Ver. Márcio, me desculpe, mas não dá, vou votar contra, porque eu fico imaginando: distribuição de preservativo gratuito – é isso? É complicado,

Ver. Cecchim. Eu vou votar contra, me desculpem, mas não tem como, esta não dá, este mico eu não vou pagar.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLL nº 023/14.

O SR. DR. THIAGO: Eu tenho dito por aí, Ver. Bernardino, que acredito cada vez mais e profundamente que o Executivo Municipal tem que fazer três coisas: ele tem que trabalhar a questão da educação, tem que trabalhar a questão da saúde e tem que trabalhar a questão da segurança. O resto a iniciativa privada sabe fazer! A sociedade civil organizada sabe fazer! E nós precisamos cada vez mais retirar essas atribuições incongruentes com o Executivo do Executivo.

Com relação à iniciativa do Ver. Márcio, eu quero dizer que o pensamento de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis deveria contaminar todos nós, Vereador. Isso não quer dizer que eu seja favorável ao projeto, mas ele deve contaminar todos nós. E existem iniciativas, como citei do microfone de aparte, Ver. Bernardino, que V. Exa. me ajudou a construir com a sua representatividade, com a sua moderação, com a sua parceria, com a sua fraternidade; foram dois projetos de suma importância para a prevenção das DSTs e da Aids e que até hoje não foram implementados pelo Executivo Municipal. A primeira se refere ao ensino de planejamento familiar e das Doenças Sexualmente Transmissíveis nas escolas. Isso, Prefeito Villela, não vem de graça! Isso não vem de graça! Nesses 18 anos que atendo na periferia da Cidade como médico, eu sou demandado, em todo o momento, a fazer palestras, Tarciso, nas escolas públicas municipais, de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e sobre o planejamento familiar. Só que isso tem que fazer parte da entranha, do currículo escolar, senão não vamos avançar. A segunda questão se refere à Aids, Prefeito Villela, no que tange o atendimento de saúde. Porto Alegre é a capital brasileira dos casos de Aids. Volto a dizer aqui: Porto Alegre é a capital brasileira dos casos de Aids, e não é porque notifica mais e melhor. Não é por isso! É porque nós não temos tratamento para a população, principalmente para a periferia de Porto Alegre, para HIV e Aids. Infelizmente, nós não temos mais núcleos periféricos para tratamento de HIV e Aids, ou, se temos, eles são

pág. 35

muito sucateados. Há oito anos nós tínhamos, lá na Restinga, o Dr. Régis e a Dra. Carmem tratando dos pacientes com tuberculose, HIV e Aids. Hoje eles não estão mais lá, se exoneraram do Município de Porto Alegre. E esta é a realidade dos médicos municipais que estão saindo da Prefeitura de Porto Alegre. Com isso nós estamos ampliando o contágio da infecção, diminuindo a possibilidade de tratamento e criando superbactérias, no que se refere à questão da tuberculose. Nós estamos sendo um excelente criadouro de superbactérias, em Porto Alegre, no que se refere ao tratamento da tuberculose. No que se refere aos demais agentes integradores, terminaram com a equipe de redução de danos, criminosamente se terminou com a equipe de redução de danos. A gente pode, ideologicamente, discutir se isso era positivo ou negativo, se ajudava mais ou menos, mas o fato é que nós não podemos prescindir desta política pública de eleição em todo o país moderno do mundo. Todo o país moderno do mundo que quer tratar HIV e Aids tem que ter também um investimento forte na equipe de redução de danos, e isso terminou. Então, é por isso, Ver. Márcio, que a epidemia cresce em Porto Alegre e nós somos a capital brasileira dos casos de DST e Aids.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 023/14.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu acho que não cabe a nós, aqui, constrangermos a população de Porto Alegre. Imaginem um cidadão, no caixa de um restaurante que funciona depois das 23h da noite ou no caixa de uma danceteria, com a namorada, sua esposa, sua amiga, e chega um garçom com um cafezinho, a conta e uma camisinha, porque a lei diz que ele tem que oferecer. Vamos estar constrangendo as pessoas. Acho que não cabe a esta Casa fazer isto: constranger as pessoas. Eu acho que nós vamos obrigar uma empresa a vender camisinha, que não é o *métier* do estabelecimento; o estabelecimento é aberto para vender entretenimento, refeição, bebida e não para vender camisinha. Até porque nós vamos estar incentivando o estabelecimento a infringir a lei. E a pessoa que está ali com a sua companheira, com a sua esposa, com a sua ficante, com uma pessoa que ele conheceu na festa ou conheceu no restaurante – porque há vários restaurantes em Porto Alegre que funcionam noite

adentro -, nós estaremos incentivando essa pessoa a fazer sexo onde? No banheiro do restaurante? Dentro do carro? Locais proibidos por lei. Porque, se ele for para a sua casa, deve ter preservativos em casa ou ele vai passar por uma dezena de farmácias que ficam abertas, ou ele vai ir para um motel – onde a lei define que tem que ter preservativos. E nós estamos constringendo as pessoas e obrigando um estabelecimento que não tem essa característica na sua regulamentação a vender preservativos.

Acho que temos tantas coisas com que nos preocupar na cidade de Porto Alegre e nós estamos embutindo mais uma coisa. E é tão engraçado. Ainda há pouco tratamos de um projeto da Ver.^a Lourdes Sprenger que era mais uma questão de transparência para o Município de Porto Alegre e aí me chamou a atenção que a CCJ disse que tinha óbice ao projeto da Ver.^a Lourdes Sprenger. É o quarto projeto, em uma semana, de transparência na cidade de Porto Alegre que a gente não aprova. É o quarto projeto de transparência! Tinha óbice. Só que com relação a este projeto que é inconstitucional não tem óbice. Vejam que estranho isso! Estamos mexendo com a vida das pessoas, estamos mexendo com centenas de estabelecimentos comerciais na cidade de Porto Alegre, obrigando esses estabelecimentos a vender um produto que não está nas suas listas de produtos comercializados. Estamos obrigando os estabelecimentos a terem esse produto que as pessoas vão usar onde? Volto a fazer essa pergunta aos meus Pares: onde vão usar esse produto? Dentro do carro? É proibido por lei, gente. Se a polícia militar, se a polícia civil passa e vê duas pessoas fazendo sexo dentro do carro, essas pessoas são conduzidas à área judiciária. Se veem uma pessoa fazendo sexo na rua, em uma praça, ela é conduzida à área judiciária! Vai fazer no banheiro da boate, do restaurante? É proibido. Então, se a pessoa vai fazer sexo na sua casa, ela deve ter preservativo na sua casa; se ela vai fazer sexo no motel, os motéis já dispõem de preservativo. Então, essa lei é uma lei inútil! É uma lei, como o Ver. Bernardino disse muito bem, que expõe esta Casa, expõe os Vereadores desta Casa e não tem necessidade nenhuma de nós estarmos votando e discutindo esta lei no dia de hoje. Tem tantas leis importantes na priorização que nós recebemos hoje que eu esperaria que o Ver. Márcio retirasse este projeto de lei que, realmente, constringe todos nós, constringe a população de Porto Alegre. E os estabelecimentos de Porto Alegre foram criados para levar entretenimento, fornecer alimentos para a população de Porto Alegre, fornecer música, bebidas, festa para a população de Porto Alegre e não para fornecerem preservativos. Até porque, para muitas

peças, não ia adiantar, Ver. Tarciso, só o preservativo, ia ter que fornecer também incentivos sexuais para as pessoas. Só preservativo não ia resolver, então teria que ter uma emenda que teria que fornecer... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Chega! O Ver. Bernardino Vendruscolo está dizendo aqui que chega. Então, eu acho que o Ver. Márcio, para ajudar a cidade de Porto Alegre, tinha que retirar o seu projeto. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): .A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLL nº 023/14.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, está sendo muito discutido este projeto do Ver. Márcio Bins Ely. E eu quero deixar bem registrado o que o Ver. Adeli Sell falou, quando se abre uma empresa, registra-se na Junta Comercial e ali tem o objeto do que vai se desenvolver naquela empresa. Realmente, é uma invasão nas atribuições das empresas obrigar a terem preservativos. Eu acho que nós temos sido tão criticados ultimamente por nossos projetos – quando eu digo “nós”, é porque nós fazemos parte deste Parlamento –, por propostas que não acrescentam nada à população, que não acrescentam na conscientização. Ora, não é a camisinha que vai fazer a conscientização de se evitar gravidez, de se evitar doenças transmissíveis; e não é através desta proposta, para qual chamo a atenção, Ver. Janta, de que não houve óbice. E o meu projeto, que é a transparência de medidas que se utilizam nos grandes investimentos, teve óbice. E o que queremos? Apenas a transparência e não acumular o Executivo de solicitações, de plantas, projetos e análise do Plano Diretor; apenas constar no *site* da Prefeitura onde estão sendo aplicadas essas medidas porque a população recebe um empreendimento e, de repente, está precisando de melhorias e essas melhorias vão para o outro lado da Cidade, vamos dizer assim, para o agrado de determinadas pessoas. Então, se eu fosse o Ver. Marcio Bins Ely – para não cairmos no ridículo novamente –, retiraria este projeto. Se fosse o caso de se preocupar com a juventude – e eu, como mãe, tenho grande preocupação –, que se preocupasse com esses eventos em casas noturnas onde é oferecida somente bebida alcoólica e não tem um lanche, não tem nada além da bebida. Dançam das 23h até às 5h da manhã sem nada de alimentação. Ouvei um

pág. 38

empresário da noite dizer que não há alimentação porque o custo é grande, teria de ter pessoas na cozinha. Mas, vem cá, não podem oferecer aos jovens nem um sanduíche natural? Oferecem somente bebidas. Então, nós sabemos dos resultados. Mas fico com o encaminhamento do Ver. Cláudio Janta e do Ver. Adeli Sell. Certamente não dá para aprovar um projeto desses.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ver. Dr. Raul Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 023/14.

O SR. DR. RAUL FRAGA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, venho à tribuna porque tenho a oportunidade de estar na Coordenação Estadual do Ambulatório de Dermatologia Sanitária, que é uma das áreas onde atendemos diariamente todas as doenças sexualmente transmissíveis: a HIV/Aids, a blenorragia, a gonorréia, a sífilis, o cancro mole, o HPV, as hepatites, que muitas delas são sexualmente transmissíveis. Para vocês terem uma ideia, mensalmente dispensamos mais de 10 mil medicações, são mais de 120 mil medicações por ano que se dispensa ali, e temos em torno de cinco mil consultas realizadas pela área de dermatologia geral, DSTs, e muito especialmente pela área do HIV/Aids, uma área onde temos muitos casos na cidade de Porto Alegre. Por melhor que sejam atendidos, e são bem atendidos, são casos que se avolumam, não é à toa que a nossa Capital há muito tempo vem sendo tida como a capital do HIV/Aids, assim como a capital da tuberculose, assim como temos problemas sérios também com câncer de mama. Quero ressaltar também, aproveitando que falei sobre tuberculose, e dizer que tivemos agora, dia 24 deste mês, o Dia Mundial de Combate à Tuberculose, o Hospital Sanatório Partenon tratou muito bem dessa matéria com excelentes palestras e informações...

O Sr. Márcio Bins Ely: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Dr. Raul, só quero reforçar que, na CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM, tivemos parecer pela aprovação do projeto. E, inclusive, Vereadores e Vereadora, que estiveram nesta tribuna argumentando no sentido da inconstitucionalidade deste projeto, votaram na CCJ a favor do projeto. Acho que é importante que não se façam contradições aqui da

tribuna, diferindo do que se construiu ao longo da tramitação deste projeto nas Comissões da Casa. Muito obrigado

O SR. DR. RAUL FRAGA: Quero ressaltar da importância da preocupação de V. Exa. com a doença sexualmente transmissível, pois, na realidade, é de todos nós essa preocupação. Claro que aqui nós, como Vereadores, temos a dificuldade, às vezes, de enfrentar determinados processos em função da questão externa que acontece, como aconteceu com esse projeto do sal também, onde, por alguns momentos, se caiu no ridículo, mas que não considero que seja uma coisa ridícula. Acho que é uma iniciativa, talvez não a melhor, mas que pode salvar vidas, assim como a situação das doenças sexualmente transmissíveis. Se através dessas camisinhas colocadas à disposição, como o Ver. Márcio está falando, nós salvarmos uma vida, já estaremos fazendo muito mais do que muitas pessoas fazem a vida toda.

Eu acho que, talvez, o projeto poderia ser um pouco mais estudado, vamos dizer assim, para se adequar melhor à realidade das empresas, à realidade local. Mas, mesmo assim, eu acredito que esse projeto seria bom em função da prevenção, da necessidade de que as pessoas se preocupem e tenham em mente as doenças sexualmente transmissíveis, as quais, muitas vezes, terminam com a qualidade de vida das pessoas por toda uma existência por ter se descuidado por uma noite, muitas vezes, de um prazer duvidoso. Então, vou me posicionar favoravelmente ao projeto do Ver. Márcio Bins Ely. Obrigado e saúde para todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir o PLL nº 023/14.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, vou ser muito rápido neste tema, até porque o Ver. Adeli Sell, representando aqui a nossa Bancada, já trouxe uma orientação. O problema é que as atribuições de todos os bares, restaurantes e boates têm que ser declaradas na Junta Comercial. No momento em que for aprovada esta lei, será gerado um problema imenso administrativo burocrático para renovar os alvarás dos estabelecimentos na cidade de Porto Alegre. É claro que queremos a prevenção de

doenças, mas há alguns projetos que eu concordo que não precisam vir para cá. Só o que falta agora aparecer um projeto, meus colegas Vereadores, que irá definir, em Porto Alegre, o sexo dos anjos, se é masculino ou feminino.

Quero dizer que vou me retirar do plenário, porque, neste momento, centenas de advogados do Rio Grande do Sul se concentram frente à Ordem dos Advogados do Brasil, para contestar contra a posição de golpe que a OAB defende neste momento. Então, vou para lá também neste momento e convido os advogados do Rio Grande do Sul a nos acompanhar.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 023/14.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e a todas, inclusive, aqui o Ver. Engº Comassetto convida os que quiserem se juntar a este ato na frente da OAB, eu faço aqui o reforço do convite. As pessoas que entendem o que está em jogo neste momento e lastimam a decisão do Conselho Federal da OAB em protocolar novo pedido de *impeachment*. Mas vamos lá protestar e mostrar que essa decisão de cúpula da OAB não é uma decisão que contempla o conjunto da categoria dos advogados.

Mas vou falar aqui sobre o projeto de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. Eu acho que, quando fomos eleitos aqui, fomos eleitos para criar leis que obrigam, que permitam, que facultam e, por isso mesmo, mexem com os direitos e os deveres da sociedade. Eu vejo, neste tema, Ver. Márcio, que nós estamos aqui, ao propor e aprovar esta lei, dando mais uma possibilidade para que a pessoa que está ali, numa casa noturna, tenha mais uma possibilidade de ter o preservativo com ela. É claro que temos que observar estas questões que são levantadas na tribuna: as formalidades, o alvará. Se hoje não é permitida a venda, como faria para permitir? Mas aí, Ver. Bernardino – eu vi que o senhor encaminhou aqui contrário ao projeto –, é uma questão de adaptação, na minha opinião. É claro que pode ter alguma diferença, alguma contrariedade no início, mas eu levantaria aqui exemplificativamente: se não poderia o Município, se é da sua competência, isentar as casas noturnas de terem o alvará para a venda desse produto que não é a finalidade fim, digamos assim, com perdão da redundância, da casa noturna. Pronto! Se for essa a

questão, dispensa. Claro que nunca é tão simples; entre dizer e fazer tem uma grande diferença. Mas estou aqui só levantando uma possibilidade de, se é esse efetivamente o problema, se fazer uma regulamentação, que o Município envie para esta Casa um projeto de lei isentando do alvará.

Eu acho muito difícil, nos lugares que disponibilizam os preservativos, esses que vêm do Ministério da Saúde ou, enfim, do Poder Público em geral, que haja ali, logicamente é gratuito, algum tipo de regulamentação. Está ali sendo distribuído gratuitamente, coisa que o projeto fala. Eu até fiz a sugestão para o Ver. Márcio, se não era o caso de suprimir a questão da venda e deixar só a distribuição gratuita, mas como o Vereador coloca aqui que isso resultou de um debate com empresários das casas noturnas, que admitem essa possibilidade e acham que assim ficaria melhor, nós temos que testar. Acho que Porto Alegre não tem que ficar com receio de testar, e a nossa Câmara tem esse papel a cumprir: podemos votar uma lei e, se não der certo... Mas acho muito difícil que neste caso não dê certo, que estejam ali, ao contrário do que se colocou, estarão ali, o Ver. Márcio Bins Ely explicou, no caixa, podem estar visíveis, não serão oferecidos junto com o cafezinho. E se fossem oferecidos? Que problema é esse? Qual é o problema de dizer: “Olha, está aqui o preservativo”; se o casal for mais adiante – digamos assim – na noite, que se previna, já está aí uma campanha educativa, ou há algum problema nisso, não se pode falar em preservativo? Eu quero discordar, com todo o respeito, e lhe concedo um aparte, Vereador.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: Eu agradeço ao aparte. Não preciso lembrá-lo, porque V. Exa. é advogado, mas V. Exa. não pensa no constrangimento? Alguém vai ali para uma outra finalidade e alguém chega: “O senhor quer um preservativo?” O senhor não acha que vai haver constrangimento, Vereador?

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Ver. Bernardino, eu diria “muito obrigado, eu ia precisar mesmo, me poupou de passar na farmácia ou no supermercado”, ou diria “não, muito obrigado”. Fala-se em campanha educativa, que campanha educativa melhor do que essa, do oferecimento do preservativo na mesa? Eu não vejo constrangimento nenhum, muito pelo contrário, acho que está aí uma boa ideia, Ver. Márcio, se der tempo de fazer emendas, talvez seja uma boa ideia oferecer ao casal, seja de qual orientação sexual for,

preservativos, gratuitamente ou para compra. Quero discordar, com respeito, dos colegas que pensam de modo contrário, acho que, se salvar uma pessoa de ter uma doença sexualmente transmissível, já valeu a pena votarmos e aprovarmos este projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 023/14.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Ficou mais fácil discutir a matéria, Ver. Márcio Bins Ely, depois da intervenção do Ver. Marcelo Sgarbossa, porque se pode ter discussão com relação à tipologia dos bares, mas eu não acho que a venda de camisinhas, de preservativos mudaria nenhum tipo de alvará para esses estabelecimentos, mas eu acho que uma questão tão básica como a questão da relação entre as pessoas, a qual não pode ser tratada como um tabu. Eu, sinceramente, não consigo imaginar que tipo de constrangimentos causaria uma pessoa ter camisinhas à disponibilidade para serem adquiridas ou não num estabelecimento comercial, ou como muito bem colocou o amigo Igor Natusch no seu *twitter*, tuitando com outra pessoa e dizendo que na Europa há máquinas na rua que vendem os preservativos, enfim, para que as pessoas possam adquiri-los e fiquem mais protegidas diante de uma situação não só de DSTs, mas também de gravidez indesejada, também temas que têm que aparecer numa discussão quando nós estamos falando de campanhas sérias de educação sexual.

Digo mais: Porto Alegre é a campeã das capitais, lamentavelmente, do índice de pessoas como vírus HIV e é preciso haver políticas públicas permanentes dentro das escolas, dentro dos estabelecimentos, dentro das campanhas da Prefeitura, campanhas publicitárias, campanhas de saúde que alertem para as necessidades de as pessoas se prevenirem. E sinceramente, honestamente, eu não vejo nenhum problema ter os preservativos à disposição num bar. Eu jamais ficaria constrangida se houver numa casa noturna, junto com outras coisas que se vendem, preservativos para o caso de a pessoa querer comprar.

Acho mais: acho que o projeto inicial, de garantia à gratuidade, deveria ser como acontece no carnaval, como acontece em festas de grande circulação de pessoas,

quando as Secretarias Municipais de Saúde e Estaduais fazem a distribuição dos preservativos. Acho que poderia ser uma boa ideia.

Então eu respeito os argumentos em contrário em relação ao alvará. Acho que, obviamente, se pode discutir; eu só acho extremamente equivocada que se trate com tanto tabu algo tão natural, e acho que tabu, nessa medida, é o que contribui para que não se avance em educação sexual permanente e séria dentro dos estabelecimentos. Acho que temos que pensar muito sobre isso.

O Sr. Cláudio Janta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Fernanda, eu acredito que uma boa parte dos Vereadores que usaram a tribuna ninguém tratou como tabu a questão que estamos discutindo. Nós tratamos como uma ingerência dentro dos estabelecimentos, porque eu acho que, além de camisinha, nós teríamos que ter Engov, Plasil, nós teríamos que ter uma série de coisas dentro dos estabelecimentos – não só a camisinha! – para melhorar a vida das pessoas que os frequentam.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Obrigada, Ver. Cláudio Janta, mas eu nunca vi ressaca matar ninguém; enquanto, infelizmente, há DSTs que podem, sim, levar à morte. E acho que também é preciso tratar com naturalidade alguns temas além das DSTs, como eu disse para o Ver. Márcio Bins Ely. Acho que a prevenção, por exemplo, da gravidez, sendo uma preocupação não só das mulheres, mas também dos homens, deveria ser uma discussão política permanente de educação sexual para ambos dentro da escola, e parte por estimular o uso do preservativo. Acho que seria uma ingerência obrigar a pessoa a levar preservativo.

Cada um sabe o que faz da sua vida depois que sai do estabelecimento; agora, ter à disposição preservativos para quem queira utilizá-los, sinceramente, honestamente, acho que não é constrangimento nenhum, acho que é parte de uma preocupação séria de pensar como aumentar e ampliar as políticas de prevenção e as políticas de educação sexual para que se garanta, evidentemente, a vida das pessoas.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 023/14.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu tinha prometido a mim mesmo que não falaria sobre este assunto, em respeito às pessoas que estão nos assistindo nesta tarde; em respeito às pessoas que vão para uma casa noturna para dançar, para olhar, para se divertir e para curtir uma música; em respeito a essas pessoas que não vão para casas noturnas para receber uma camisinha, para dizer “sim” ou para dizer “não”. Quem vai para uma casa noturna, sabe por que vai. Então, vamos dar liberdade para que essas pessoas que vão para as casas noturnas – a não ser que sejam casas de tolerância, Ver. Bins Ely – não precisem receber o contraceptivo, a camisinha.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Vereador. O projeto obriga danceterias, boates, casas noturnas e congêneres. O que seriam esses “congêneres”, que tamanho são? Quais são os demais estabelecimentos que entram nesses “congêneres”?

O SR. IDENIR CECCHIM: O senhor me deu um susto, eu ia responder “GG” ou “*small*”. Não vamos mais falar desse assunto, pelo amor de Deus! Eu tinha a impressão que o Ver. Bins Ely retiraria esse projeto depois de ouvir meia dúzia de Vereadores falando sobre o assunto. Mas isso nos deixa mal, passar uma tarde toda aqui para saber se tem que dar ou não tem que dar camisinha! Existem campanhas milionárias pelo Brasil afora que incentiva, educa e mostra que as pessoas têm que usar! Agora, entregar uma camisinha na saída, eu acho que isso é um deboche para a população. Para mim, foi um deboche, Ver. Bins Ely. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 023/14.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores que nos assistem na tarde de hoje; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu pretendo ser muito breve na minha explanação. Porto Alegre, como já foi anteriormente mencionada aqui, nesta tribuna, é a

capital brasileira campeã em casos de infecção de HIV. É a campeã brasileira, e isso não é motivo de orgulho para nenhum de nós! Eu me lembro que, quando estava na escola, final da década de 80, o mundo passava por uma epidemia mundial de Aids, todos extremamente preocupados. Não se sabia a razão de onde vinha essa doença, como ela era transmitida e como prevenir. Mundialmente os governos se aplicaram no estudo dessa epidemia e chegaram à conclusão de suas formas de transmissão, mecanismos de prevenção. E a partir desse movimento, iniciado na década de 80, o número de infectados mundialmente começou a ceder, começou a diminuir. Infelizmente, muitos óbitos vieram. E eu me lembro que em 1987 eu estava na quinta série, e nós tínhamos campanhas de esclarecimentos sobre o vírus da Aids – quinta série! Nos noticiários sempre tinha uma chamada com relação a essa doença. Nos horários comerciais das grandes emissoras de televisão, vinculavam-se peças publicitárias de esclarecimento à população. Isso tudo se perdeu! O nosso País criou, desde aquela época, um vácuo de comunicação, falham políticas públicas com relação à educação e ao esclarecimento dos nossos jovens. Fazendo um mea-culpa, os professores também são responsáveis, em parte, por esse aumento do número de infectados, sim. As Secretarias de Educação também são responsáveis porque não fazem semanas de esclarecimento com relação às suas comunidades estudantis. As Secretarias de Saúde também deixam a desejar justamente porque não implementam campanhas de esclarecimento, elucidação, e não fazem distribuição massiva de preservativos, somente durante o carnaval! Por acaso as Secretarias de Saúde acreditam que as pessoas só têm atividade sexual durante o carnaval? Então são três dias de promiscuidade louca?! Por favor! Precisamos encarar com mais seriedade esse tema. A Ver.^a Fernanda usou o termo tabu, sim, sexo, prevenção são tabus em nossa sociedade. E os milhões de reais que gastam em publicidade – e agora vou puxar a brasa para o nosso peixe, o que é nossa responsabilidade –, gastam milhões em peças publicitárias para mostrar a cidade inteira esburacada, dizendo melhorou, vai melhorar, espalhando buracos, essa publicidade vale. Agora, publicidade que preze a salvar vidas, a prevenir uma doença letal, como é a Aids, e que não tem cura, isso, sim, isso é investimento em saúde, isso não é um gasto desnecessário, isso precisa ser ampliado. Infelizmente, o Poder Público deixa a desejar, o Executivo, que seria o responsável por essas práticas, se omite, e o Ver. Márcio Bins Ely tenta fazer a sua parte, tenta dar uma contribuição. Tenho dúvidas com relação à

constitucionalidade do seu projeto, Vereador, mas vou votar pelo mérito porque, pelo menos, algumas pessoas estão tentando mudar essa triste realidade.

O Sr. Tarciso Flecha Negra: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado pelo aparte, por que também não veem uma outra coisa que é um grande mal que tem no mundo e no Brasil, que é a dengue. Onde temos o maior número de público? Nos estádios de futebol, nos grandes *shows* aqui, por que não dar esse informativo, pois muita gente ainda não sabe o que é dengue, o que é o mosquito da dengue, o que transmite, o que poderá fazer com a nossa população daqui a 10, 15 anos.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa ideia, Ver. Tarciso Flecha Negra. Se o senhor propuser o projeto de lei nesse caminho, dou total apoio. Parabéns.

Ver. Márcio Bins Ely, encerro as minhas palavras com o apoio ao seu projeto, embora, como falei anteriormente, não sei dizer se há constitucionalidade, mas é um projeto meritório, é um projeto que visa agregar e preservar vidas, então, tem o nosso apoio. Uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Ver. Bernardino Vendruscolo (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Bernardino Vendruscolo. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, o Substitutivo nº 01 ao PLL nº 023/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 8 votos **SIM**; 14 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, o PLL nº 023/14. (Pausa.) (Após apuração nominal.) **REJEITADO** por 9 votos **SIM**; 13 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

O Sr. Adeli Sell (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada da Indicação nº 055/15 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Adeli Sell): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Adeli Sell. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento s/nº, de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger, que requer renovação de votação do PLCL nº 004/15. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento s/nº de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Gostaria de dizer que nós, do PSOL, votaremos a favor, porque é uma questão democrática, um direito do Vereador requerer a renovação de votação.

(Não revisado pela oradora.)

O Sr. Waldir Canal (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Waldir Canal. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Waldir Canal, o Requerimento s/nº, de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 13 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**. Não há quórum. Declaro nula a votação.

(17h24min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, no dia de hoje, quando dispomos de sete projetos em discussão preliminar de Pauta, e dois projetos em 2ª Sessão de Pauta, é relevante que se acentue o comentário em torno das

matérias que estão em 2ª Sessão, dado que as demais, ainda que relevantes, poderemos nos ocupar delas na próxima Sessão Ordinária, quando, como é de nossa tradição, estaremos discutindo preliminarmente as matérias que aqui ingressam e que tramitam neste período importante da Casa. As duas matérias são de origem Legislativa, uma, de autoria do Ver. Delegado Cleiton, e outra, de autoria do Ver. Elizandro Sabino.

O Projeto de Lei do Legislativo Nº 029/16, de autoria Delegado Cleiton, cria como marca de identificação e procedência o Selo Cerveja Artesanal de Porto Alegre, inclui a efeméride Semana Municipal da Cerveja Artesanal – Festa da Cerveja Artesanal no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na segunda quinzena do mês de outubro, e dá outras providências. Quanto a essa proposta, Sr. Presidente, eu tenho a cautela de registrar a minha preocupação a respeito da circunstância da proposta estar simultaneamente buscando dois objetivos. Mesmo não sendo excludentes, não são inclusivos, essa é a verdade paradoxal: não é excludente, mas tão pouco é inclusivo. Com isso, não sei se a matéria deveria ser separada em duas, porque a criação de uma marca em Porto Alegre envolve direito autoral, patente de registro, uma série de situações em que, evidentemente, acho que não seria da competência legislativa nós trabalharmos sobre essa matéria. Enquanto que o resto é a inclusão de uma semana da cerveja artesanal do Município de Porto Alegre, sobre qual não veria óbice de natureza jurídica, ainda que pudesse dele me ocupar, tendo em vista que a proliferação de semanas aqui em Porto Alegre, eu tenho as minhas dúvidas muito fortes se essa semana já não está identificada com alguma finalidade. E, se eventualmente tiver, se ela não vai colidir frontalmente com que já está disposto. Isso fica como alertamento ao exame acurado que as comissões temáticas irão fazer.

Já a segunda proposta do Ver. Elizandro Sabino: Inclui a efeméride Mês de Proteção à Criança, ao Adolescente e ao Idoso no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de outubro. Bom, aqui, Sr. Presidente, o reforço, a colocação e o alertamento que eu faço são muito mais amplos. O mês de outubro, não tenho a menor dúvida, já está ocupado em todas as suas semanas por várias atividades. E, agora, o Ver. Elizandro propõe que o mês seja da criança, do adolescente e do idoso. O que falta incluir se já estão incluídos a criança, o adolescente e o idoso? Acho que

eventualmente poderia dizer que falta a pessoa madura, que já não é mais criança, não é mais adolescente e que ainda não pode ser considerada idosa. Eu não sei se não há um certo exagero nesse particular, e se isso se ajustaria no mês de outubro, que já tem várias fixações, inclusive eu tenho absoluta certeza de que há poucos dias, nós aprovamos duas destinações de semanas no mês de outubro para finalidades diversas, uma inclusive por minha iniciativa, que era o festival do *jazz*, se isso não gerará uma superposição, que, no fim, deverá se tornar conflitante.

Por isso, Sr. Presidente, incumbe a mim a tarefa, nesse primeiro momento de exame prefacial, fazer os alertamentos para que as Comissões temáticas se debrucem sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça, especialmente na juridicidade e na admissibilidade; e, de outro lado, as demais Comissões temáticas sobre o mérito no que lhe for concernente. Por isso, Sr. Presidente, nossa intervenção no dia de hoje se esgota neste momento em que eu agradeço a V. Exa. me ter deferido esse tempo regimental. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Raul Fraga está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. DR. RAUL FRAGA: Sr. Presidente, Cassio Trogildo; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste, temos dois projetos que me fizeram subir à tribuna. Basicamente um é para saudar o Ver. Delegado Cleiton que apresenta o PLL nº 039/16, que cria como marca de identificação e procedência o Selo Cerveja Artesanal de Porto Alegre, inclui a efeméride Semana Municipal da Cerveja Artesanal – Festa da Cerveja Artesanal no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na segunda quinzena do mês de outubro, e dá outras providências. Recentemente estive no bairro Anchieta conversando com jovens empreendedores, e ali se está criando um polo de cervejarias artesanais em Porto Alegre, o que, na realidade, traz uma nova forma de organização que beneficiará o turismo, a região, enfim. Acreditamos e vimos ali, naqueles jovens, o que queremos ver em toda a população brasileira, que é a vontade de empreender, de fazer coisas boas, coisas novas, criar

pág. 50

empregos. Enfim, achamos muito interessante a perspectiva do polo cervejeiro que se materializa ali nosso bairro Anchieta.

Outro projeto é o PLL nº 036/16, de minha autoria, que, no ano passado, tentei tornar realidade na Cidade, que cria um posto de saúde 24 horas aberto em cada região do Orçamento Participativo. Chega de ter um orçamento grandioso para a saúde, envolvendo milhões e milhões de reais, beirando a um orçamento anual de um bilhão de reais, e a população não ter atendimento digno a partir da 17h nos dias de semana, não ter atendimento nos feriados, não ter atendimento nos finais de semana, e ter que ficar empilhada nas emergências, muitas vezes sujeita ao Protocolo de Manchester, que é o protocolo utilizado nas emergências, onde são atendidas, e assim deve ser, as pessoas por risco de gravidade. O que acontece? A pessoa que não tem como resolver um problema de pequena gravidade numa emergência, ela fica sendo passada para trás, muitas vezes fica 4, 5, 6 horas/dia esperando por um atendimento, porque esse protocolo faz com que as pessoas passem por uma triagem e sejam classificadas por cores. Ou seja, com o vermelho, a pessoa entra direto, por exemplo, uma parada cardíaca; com o laranja, ela deveria ser atendida em no máximo 10 minutos; com o amarelo, ela deveria ser atendida em no máximo 60 minutos; com o azul e verde, seriam casos que não possuem a mesma emergencialidade. Portanto, o protocolo manda atender a cor amarela em uma hora, na nossa situação atual, normalmente, leva de 4 a 6 horas para ser atendida, o que é um absurdo. Sem falar que, nas nossas emergências hospitalares, ficamos com pessoas internadas que deveriam estar nos seus leitos, nos seus quartos de hospitais sendo atendidas, diagnosticadas, curadas, enfim, e elas levam, via de regra, mais de cinco dias, em determinados hospitais da Cidade, para conseguir sair da emergência e ir para um leito hospitalar – o que é um absurdo!

Essa situação de abrir um posto de saúde 24 horas, pelo menos, por região do Orçamento Participativo, facilitaria muito o acesso da comunidade local. E esses pacientes que são classificados como azuis, verdes, nas nossas emergências, alguns amarelos, que são em grande quantidade, eles ficariam atendidos num posto de saúde próximo à sua comunidade. Não é necessária a contratação de novo pessoal, porque isso pode ser feito com remanejamento, com banco de horas, e se trabalharia dentro do que já existe, das unidades que já existem, que são Unidades de Saúde muito boas e que, infelizmente, permanecem fechadas por períodos onde deveriam estar prestando um

atendimento para que a população tivesse mais qualidade de vida, um bem-estar maior e um atendimento de saúde mais digno. Espero que isso crie uma massa crítica e que nós consigamos mudar um pouco o estilo de Atenção Primária na cidade de Porto Alegre, para que possamos, dentro disso, atingir os nossos objetivos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Vereadores e Vereadoras, normalmente, venho pouco aqui falar sobre os projetos em Pauta, Ver. Dr. Raul Fraga. Sei que o seu projeto parece tão simples e que todos nós temos certeza de que seria essencial aprovarmos, nós que conhecemos a realidade das comunidades – e o senhor, como médico, conhece melhor do que nós –, sabemos o quanto é difícil para essas pessoas, principalmente fora do horário, no período da noite, final de semana, quando uma criança, um idoso se sente mal, ou tem uma febre, uma gripe e tem que se deslocar. Muitas vezes, essa população mais carente da periferia, Ver. Delegado Cleiton, não tem condições de se deslocar até um hospital, porque é longe, tem que arrumar uma carona, tem que achar alguém que os leve. E ainda quando chegam no hospital, está superlotado, porque sabemos das dificuldades que as emergências enfrentam, a começar pela quantidade das pessoas que tem lá e, às vezes, têm que esperar 4, 5, 6 horas por um atendimento. Quando nós poderíamos simplificar com um atendimento do posto de saúde local na região, até mesmo para fazer aquela primeira triagem para saber o que realmente aquela criança tem, aquela pessoa tem. Porque, muitas vezes, olhamos para a pessoa e achamos que não é nada grave, que é só uma gripezinha, e, às vezes, pode ser algo grave, e essa pessoa demora mais tempo para chegar no hospital, vai agravar mais e, com isso, aumentar as despesas. Na nossa opinião, é essencial que os postos de saúde nas comunidades – pelo menos um em cada região do Orçamento Participativo – tenham atendimento de emergência. Sabemos da realidade do Município, poderá passar pela cabeça do Secretário que não há condições financeiras; talvez, num primeiro momento, possa parecer um custo para o Município, entretanto, logo ali na frente, vai haver economia com esse atendimento do posto de saúde. Vai diminuir o fluxo de

pág. 52

peças nos hospitais, nas emergências, e, com isso, o Município vai gastar menos, porque o atendimento será no posto de saúde, que consegue resolver problemas menores, mas que acabam indo para o hospital, tendo lá um custo maior.

E a aglomeração de pessoas dentro das emergências causa outros problemas, às vezes acaba contaminando outras pessoas, a gente vê nos hospitais os problemas causados por doenças que a pessoa contrai dentro do hospital. O excesso de população dentro dos hospitais muitas vezes é um problema que pode ser resolvido lá no postinho de saúde, dentro da sua localidade, dentro da sua região, sem deslocamento e com custo menor tanto para o paciente como para o hospital. Também a gente sabe que as especialidades acabam sendo mais caras, e as pessoas acabam ou não indo ou esperando mais tempo para serem atendidas, agravando doenças que poderiam ser resolvidas com remédio simples lá no posto de saúde. Portanto, somos totalmente favoráveis ao seu projeto. Sabemos das dificuldades do Município. Num primeiro momento poderá ser difícil, mas eu acho que, com um pouco de boa vontade do Secretário e da Prefeitura, a gente pode dialogar e começar a fazer experiências no primeiro posto, depois no segundo posto, assim progressivamente, e, ao longo do tempo, conseguiremos ter pelo menos um posto de saúde em cada região do Orçamento. E, no futuro, acho que teríamos uma economia para o Município ao invés de um gasto. Eu sou totalmente favorável ao seu projeto. Acho importante o projeto para o debate aqui nesta Câmara Municipal, para buscarmos, junto com o Município, junto com o Secretário de Saúde, uma solução para esse problema da saúde, algo que, cada vez mais, se agrava dentro do nosso Município. Nós, como Vereadores, representando as comunidades, cada vez recebemos pessoas nos reclamando, pessoas nos cobrando melhores condições de saúde, de atendimento no nosso posto de saúde. Sabemos o quanto é complexo e o quanto se gasta, mas essa é uma solução que podemos buscar junto com a Prefeitura, junto com o Secretário. O senhor está de parabéns pelo seu projeto. Conte conosco, Ver. Dr. Raul Fraga.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h43min.)